

01-0815/2007

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE APOIO LEGISLATIVO - SGP2
SISTEMA DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO

PROJETO DE LEI

01 - 0815 / 2007

DE

2007

MATÉRIA LEGISLATIVA:

PL

01 - 0815 / 2007

DE

30/11/2007

PROMOVENTE:

VEREADOR

AURÉLIO MIGUEL

EMENTA:

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DE ZONEAMENTO NA RUA ALVARENGA -
SUBPREFEITURA BUTANTÃ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (REF.:
ALTERAÇÃO DE ZONEAMENTO DE RUA COMPREENDIDOS ENTRE A
PRAÇA ALBERTO RANGEL E AVENIDA VITAL BRASIL E ENTRE A RUA
CAMARGO E AVENIDA MORUMBI).

~~Não audiência pública realizada.~~

CNC Solutions
Tipo: Processo Legislativo
26/1/2011 11:36:05

00000058141-03



ARQUIVADO EM 13 / 01 / 2009

Viviane F. Pó

CHEFE DE SEÇÃO

VIVIANE FERREIRA PÓ
Supervisora
SGP-33



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Vereador Aurélio Miguel

Folha nº 01 do proc.
Nº 815 de 07

Adriana Ciccone - Ass. Parlamentar
RF. 100.406

LIDO HOJE
04 DEZ 2007
AS COMISSÕES DE
Cont. Just. e Seg. Part. e Part. U.
Pl. Urb. Met. e Meio Ambiente
Finanças e Orçamento
PROJETO DE LEI
PRESIDENTE

01 - PL
01-0815/2007

Dispõe sobre a alteração de zoneamento na Rua Alvarenga - Subprefeitura Butantã, e dá outras providências.

EQUIPE DE PRO...

40 NOV 2007

SGP 42

A Câmara de Municipal de São Paulo DECRETA:

- Art. 1º Exclui do Quadro 04E do Livro X da Subprefeitura do Butantã, anexo a Lei 13.885/04, que relaciona os Trechos de Logradouros Públicos enquadrados na Zona de Centralidade Linear ZCLz-II, os trechos da Rua Alvarenga (Cadlog 00855-9), compreendidos entre a Praça Alberto Rangel e Avenida Vital Brasil e entre a Rua Camargo e Avenida Morumbi
- Art. 2º Os trechos referidos no artigo 1º desta Lei passam a integrar o Quadro 04E do Livro X da Subprefeitura do Butantã, anexo a Lei 13.885/04, onde estão relacionados os Trechos de Logradouros Públicos enquadrados na Zona de Centralidade Linear ZCLz-I.
- Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.
- Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões

AURÉLIO MIGUEL
Vereador

1900 1901 1902 1903 1904 1905 1906 1907 1908 1909 1910 1911 1912 1913 1914 1915 1916 1917 1918 1919 1920 1921 1922 1923 1924 1925 1926 1927 1928 1929 1930 1931 1932 1933 1934 1935 1936 1937 1938 1939 1940 1941 1942 1943 1944 1945 1946 1947 1948 1949 1950 1951 1952 1953 1954 1955 1956 1957 1958 1959 1960 1961 1962 1963 1964 1965 1966 1967 1968 1969 1970 1971 1972 1973 1974 1975 1976 1977 1978 1979 1980 1981 1982 1983 1984 1985 1986 1987 1988 1989 1990 1991 1992 1993 1994 1995 1996 1997 1998 1999 2000 2001 2002 2003 2004 2005 2006 2007 2008 2009 2010 2011 2012 2013 2014 2015 2016 2017 2018 2019 2020 2021 2022 2023 2024 2025 2026 2027 2028 2029 2030 2031 2032 2033 2034 2035 2036 2037 2038 2039 2040 2041 2042 2043 2044 2045 2046 2047 2048 2049 2050 2051 2052 2053 2054 2055 2056 2057 2058 2059 2060 2061 2062 2063 2064 2065 2066 2067 2068 2069 2070 2071 2072 2073 2074 2075 2076 2077 2078 2079 2080 2081 2082 2083 2084 2085 2086 2087 2088 2089 2090 2091 2092 2093 2094 2095 2096 2097 2098 2099 2100 2101 2102 2103 2104 2105 2106 2107 2108 2109 2110 2111 2112 2113 2114 2115 2116 2117 2118 2119 2120 2121 2122 2123 2124 2125 2126 2127 2128 2129 2130 2131 2132 2133 2134 2135 2136 2137 2138 2139 2140 2141 2142 2143 2144 2145 2146 2147 2148 2149 2150 2151 2152 2153 2154 2155 2156 2157 2158 2159 2160 2161 2162 2163 2164 2165 2166 2167 2168 2169 2170 2171 2172 2173 2174 2175 2176 2177 2178 2179 2180 2181 2182 2183 2184 2185 2186 2187 2188 2189 2190 2191 2192 2193 2194 2195 2196 2197 2198 2199 2200 2201 2202 2203 2204 2205 2206 2207 2208 2209 2210 2211 2212 2213 2214 2215 2216 2217 2218 2219 2220 2221 2222 2223 2224 2225 2226 2227 2228 2229 2230 2231 2232 2233 2234 2235 2236 2237 2238 2239 2240 2241 2242 2243 2244 2245 2246 2247 2248 2249 2250 2251 2252 2253 2254 2255 2256 2257 2258 2259 2260 2261 2262 2263 2264 2265 2266 2267 2268 2269 2270 2271 2272 2273 2274 2275 2276 2277 2278 2279 2280 2281 2282 2283 2284 2285 2286 2287 2288 2289 2290 2291 2292 2293 2294 2295 2296 2297 2298 2299 2300 2301 2302 2303 2304 2305 2306 2307 2308 2309 2310 2311 2312 2313 2314 2315 2316 2317 2318 2319 2320 2321 2322 2323 2324 2325 2326 2327 2328 2329 2330 2331 2332 2333 2334 2335 2336 2337 2338 2339 2340 2341 2342 2343 2344 2345 2346 2347 2348 2349 2350 2351 2352 2353 2354 2355 2356 2357 2358 2359 2360 2361 2362 2363 2364 2365 2366 2367 2368 2369 2370 2371 2372 2373 2374 2375 2376 2377 2378 2379 2380 2381 2382 2383 2384 2385 2386 2387 2388 2389 2390 2391 2392 2393 2394 2395 2396 2397 2398 2399 2400 2401 2402 2403 2404 2405 2406 2407 2408 2409 2410 2411 2412 2413 2414 2415 2416 2417 2418 2419 2420 2421 2422 2423 2424 2425 2426 2427 2428 2429 2430 2431 2432 2433 2434 2435 2436 2437 2438 2439 2440 2441 2442 2443 2444 2445 2446 2447 2448 2449 2450 2451 2452 2453 2454 2455 2456 2457 2458 2459 2460 2461 2462 2463 2464 2465 2466 2467 2468 2469 2470 2471 2472 2473 2474 2475 2476 2477 2478 2479 2480 2481 2482 2483 2484 2485 2486 2487 2488 2489 2490 2491 2492 2493 2494 2495 2496 2497 2498 2499 2500 2501 2502 2503 2504 2505 2506 2507 2508 2509 2510 2511 2512 2513 2514 2515 2516 2517 2518 2519 2520 2521 2522 2523 2524 2525 2526 2527 2528 2529 2530 2531 2532 2533 2534 2535 2536 2537 2538 2539 2540 2541 2542 2543 2544 2545 2546 2547 2548 2549 2550 2551 2552 2553 2554 2555 2556 2557 2558 2559 2560 2561 2562 2563 2564 2565 2566 2567 2568 2569 2570 2571 2572 2573 2574 2575 2576 2577 2578 2579 2580 2581 2582 2583 2584 2585 2586 2587 2588 2589 2590 2591 2592 2593 2594 2595 2596 2597 2598 2599 2600 2601 2602 2603 2604 2605 2606 2607 2608 2609 2610 2611 2612 2613 2614 2615 2616 2617 2618 2619 2620 2621 2622 2623 2624 2625 2626 2627 2628 2629 2630 2631 2632 2633 2634 2635 2636 2637 2638 2639 2640 2641 2642 2643 2644 2645 2646 2647 2648 2649 2650 2651 2652 2653 2654 2655 2656 2657 2658 2659 2660 2661 2662 2663 2664 2665 2666 2667 2668 2669 2670 2671 2672 2673 2674 2675 2676 2677 2678 2679 2680 2681 2682 2683 2684 2685 2686 2687 2688 2689 2690 2691 2692 2693 2694 2695 2696 2697 2698 2699 2700 2701 2702 2703 2704 2705 2706 2707 2708 2709 2710 2711 2712 2713 2714 2715 2716 2717 2718

[illegible]

Adelina Cicone
Assistente Parlamentar
Registro 100.406



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Folha nº 02 do proc.
Nº 815 de 07
Adelina Ciccone - Ass. Parlamentar
RF. 100.406

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei visa adequar o zoneamento da Rua Alvarenga que hoje apresenta inúmeros problemas para proprietários e comerciantes, pois a situação atual é diametralmente oposta ao que a lei em vigor reza, com grande atividade comercial, fluxo de pessoas e veículos.

Há décadas, inúmeros comerciantes se estabeleceram com a convivência do Poder Público, que não inibiu de maneira alguma que ficassem raízes nesta via.

Hoje, se faz necessário a readequação da situação de zoneamento de Zona de Centralidade Linear ZCLz-II, para Zona de Centralidade Linear ZCLz-I, possibilitando que os comerciantes possam abrir suas lojas com tranquilidade e dentro da Lei.

A Rua Alvarenga é importante corredor de tráfego pesado, tanto de caminhões quanto de veículos destinados ao transporte coletivo, sendo importante via de acesso para as Rodovias Raposo Tavares e Régis Bittencourt.

Quanto à sua legalidade, a presente propositura encontra respaldo no artigo 13, inciso I, e artigo 37, da Lei Orgânica do Município de São Paulo, abaixo transcritos:

“Art. 13 - Cabe à Câmara, com sanção do Prefeito, não exigida esta para o especificado no artigo 14, dispor sobre as matérias de competência do Município, especialmente:

(Alterado pela Emenda 05/91)

I – legislar sobre assuntos de interesse local;

Art. 37 - A iniciativa das leis cabe a qualquer membro ou Comissão permanente da Câmara Municipal, ao Prefeito e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica.”

Submetemos ao Egrégio Plenário a presente propositura requerendo, desde já, sua imediata aprovação.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
Secretaria de Apoio Legislativo – SGP-2

Papel para informação, rubricado como folha nº 03

do processo n.º 01-815107 06/12/2007 (a) 02

Adelina Cicone Battochio
Assistente Parlamentar
Registro 100.406

Sra. Secretária,
Efetuada a autuação, encaminho os presentes autos para prosseguimento.

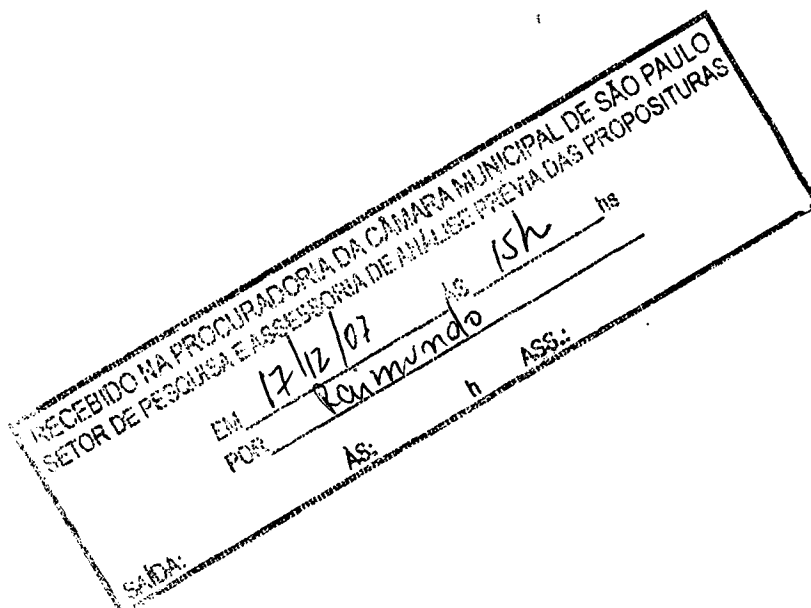
11 / 12 / 07

Inácio Veiga
Supervisor de Controle do Proc. Leg.
SGP-22

À Procuradoria – Setor de Pesquisa e Assessoria de Análise Prévia das Proposituras.

13/12/07

ÂNGELA BORDIN ANDREONI
Secretária de Apoio Legislativo
SGP-2



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Segue(m) juntado(s), nesta data, o(s)
documento(s) de fis. 2 a 04

S. Paulo, 18 / 12 / 07 Eu, Jam

Jam
SEBASTIANA AZORIM MARQUES

RF 61.595



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

**PROCURADORIA
SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA**

Folha 04
Processo 815 107
<i>Jam</i> SEBASTIANA AMORIM MARQUES RF. 51.595

Realizada a pesquisa no APL (Banco de Dados da Câmara Municipal de São Paulo) e no site www.prefeitura.sp.gov.br/legislacao, a respeito do assunto nada foi localizado.

São Paulo, 18 de dezembro de 2007.

Raimundo Batista
Procurador Supervisor do Setor de Pesq. e Análise Prévia
OAB/SP 106.926

À SGP-2
Sra. Secretária.

Efetuada a pesquisa e análise, para prosseguimento.

SP., 18/12/07

Raimundo Batista
Procurador Legislativo Supervisor
Setor de Pesquisa e Assessoria de Análise Prévia
OAB/SP nº 106.926

À Com. de Constituição, Justiça e Legislação Participativa. 20/12/07 ÂNGELA BORDIN ANDREONI Subsecretária de Apoio Legislativo SGP-2

Ao Nobre Versado / A. L. ...
RUSSOMANO
 25 03 / 08
 [Signature]

Pedido de vistas do Vol. 111 - 1ª Instância

Kamira

Expedido em reunião ordinária de 09/04/08

Obs: o prazo para a entrega do material é de 15 dias, nos termos do § 1º do art. 121 da Lei nº 8.036/90.

09/05/08

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
Secretaria Municipal de Obras Públicas e Urbanismo
Setor de Planejamento e Desenvolvimento Urbano
Rua da Consolação, 1.100 - 1º andar - São Paulo, SP
CEP: 01302-900
Fone: (11) 3364-1234
E-mail: camara@camara.sp.gov.br
Site: www.camara.sp.gov.br



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

Folha nº 05 de proc.
nº 01-815 de 2007
Solange Raimundo dos Santos
RF. 10.551

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA

PRESIDENTE: JOÃO ANTONIO



TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 24 de abril de 2008

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

OBSERVAÇÕES: SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR

- Orador não identificado de Registro Parlamentar e Revisão
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Suspensão
- Documento lido a ser encaixado pela Secretaria da Comissão

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO

PARTICIPATIVA

JOÃO ANTONIO



REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
Câmara Municipal de São Paulo
24 de abril de 2008

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR

Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível

Assinada pela Secretaria da Comissão

9663



O SR. PRESIDENTE (Agnaldo Timóteo) – Bom dia, senhoras e senhores. Bom dia, nobre Vereador Aurélio Miguel. Na qualidade de Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, declaro abertos os trabalhos desta audiência pública sobre o PL 815/2007, do Vereador Aurélio Miguel, “dispõe sobre a alteração de zoneamento na Rua Alvarenga, Subprefeitura Butantã, e dá outras providências”.

Tem a palavra o nobre Vereador Aurélio Miguel, que dará continuidade aos trabalhos da presente audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Bom dia a todos. Obrigado, Vereador Agnaldo Timóteo. Como o Vereador João Antônio não pode estar presente para a abertura desta audiência pública, sem a presença do senhor isso não seria possível.

Em nome de todos os interessados no projeto de minha autoria, agradeço a participação do senhor.

O SR. AGNALDO TIMÓTEO – Pela ordem, ilustre Vereador Aurélio Miguel. Peço licença ao nobre colega e a todos os presentes para me ausentar, pois tenho um compromisso a 120 quilômetros de distância. Chegarei um pouco atrasado, mas não tem importância. Por isso, não terei o privilégio de estar aqui, lado a lado, para tomar conhecimento geral dos trabalhos que serão brilhantemente conduzidos pelo nobre Vereador Aurélio Miguel. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Obrigado, Vereador Agnaldo Timóteo. Suspendo os trabalhos por cinco minutos para que a equipe técnica possa nos trazer todas as informações possíveis.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos pelo Sr. Aurélio Miguel.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Comunico a todos os presentes que a autoria desse projeto tem como base o fato de que vários comerciantes e proprietários de imóveis procuraram o gabinete deste Vereador. E, como sabíamos que havia uma mediação



entre as partes juntamente com a Subprefeitura, e que não se estava chegando a um consenso, propusemos o projeto visando ao debate nesta Casa, que é a Casa de Leis da cidade de São Paulo.

Nesse sentido, faremos uma apresentação para expor por que fizemos esse projeto. Serão exposto: a proposta dos moradores, a proposta da Associação Comercial e o que aconteceu no decorrer dessa mediação.

Posteriormente, abriremos a palavra às pessoas que queiram se manifestar.

E aí pedimos que se inscreva junto a Secretaria para que posteriormente à apresentação vocês façam o uso da palavra.

Vou pedir para que o Milton faça a apresentação relativo a todo o que ocorreu com relação Rua Alvarenga.

O SR. MILTON - Bom dia. Sou o engenheiro Milton, faço parte da equipe técnica do Vereador Aurélio Miguel. Nos desenvolvemos esse trabalho, fazendo uma compilação de todos os dados que forem disponíveis, das atas de reuniões que vocês fizeram junto com a subprefeitura, os dados disponíveis na Legislação que a lei 13.885/04, e alguns outros dados que colhemos no próprio local.

Vou iniciar a apresentação lendo uma carta que foi entregue ao nobre Vereador Aurélio Miguel por um dos moradores da região: "Proprietária de imóvel na rua Alvarenga envia carta de desabafo a Kassab e Matarazzo, no dia 10/11/07. O meu desabafo cansado Prefeito Kassab. Ao Prefeito Kassab com cópia para a coordenação da Subprefeitura, Secretário Andrea Matarazzo referente a Rua Alvarenga na City Butantã, zona Oeste. Prefeito Kassab, sou proprietária de imóvel na Rua Alvarenga, que além de padecer com a injustiça da lei de zoneamento vive sob o domínio de proprietários egocêntricos de residências ao redor. Pago em dia o meu alto IPTU, que se volta contra mim, que não me traz o mínimo de retorno positivo. Sr. Prefeito a nossa cidade cresceu e o senhor sabe disso, muito melhor do que eu. A Rua Alvarenga pe uma via com a mesma classificação da Av. 23 de Maio. Duas pistas de



ônibus e caminhões de 40 toneladas que une pela ponte da Praça Pan-americana, a cidade, à três rodovias. E não pode ser enquadrada como residencial, ou de uso tão restrito. Proprietário de residências entopem o SAC da Prefeitura com denúncias para autuação e fechamento de pequeno número de escritórios ou empresas que lá existem. Assisto o fechamento e multas altíssimas que provoca o desemprego, humilhação e prejuízo a um número considerável de pessoas e famílias por conseqüências. Esses fechamentos são até acompanhado da mídia, como se tratasse de bandidos e não de trabalhadores. Enquanto os bandidos festejam. Como o uso tão restrito não se torna viável alugaram a maior parte das casas lá existentes. Minha casa é uma das casas abandonadas por falta de interesse. Numa rua tão sem atrativos e possibilidades para se trabalhar e hoje tive o desgosto pela quarta vez de vê-la arrombada e destruída por ladros e vândalos. A freqüência de prostitutas se torna cada dia maior e existe até residência escritório invadida por eles. Isso é vida? Será tão difícil perceber que não se pode morar num lugar assim? Estou envolvida com mais pessoas num acordo de convivências. Sem acordo a mais de um ano. Procurando por uma manutenção da Subprefeitura conciliando os interesses das duas partes o que me parece muito difícil. Os moradores têm sua qualidade de vida e comodidade. A conquista do número é enorme e de ruas fechadas e mesmo assim se recusa a qualquer tipo de acordo. Ao funcionário da Prefeitura do Município de São Paulo, morador, protegido por políticos que é o terror dos que possuem qualquer estabelecimento: dá ordens, faz conchavos, e mostra o poder que tem e mantém o seu poderio no pedaço. Imaginem em pleno em 2007 e consegue. Prefeito Kassab isso é vida? Existe uma associação de proprietários a qual faço parte, mas não falo em nome de ninguém e quero deixar isso bem claro. Me sinto como cidadã no direito de dizer, como me sinto e como tenho sido prejudicada. Depois de horas na delegacia fazendo BO vendo o alto custo do que tenho que reconstruir. Sinto minha revolta subir. Sr. Prefeito a revolta que a minoria sem um bom padrinho sempre. Sabe o que acho um absurdo! Segundo informações trafegam cerca de 8 mil veículos por hora nos horários de pico por essa via, que poderiam se beneficiar de uma via útil e não abandonada



e deteriorada. Eu, quem havia acompanhado com admiração a cidade aparecer como nunca a tinha visto, me sinto murchar no meu entusiasmo, no meu bolso e no meu voto. Obrigada por me ceder o seu tempo precioso. Karen ." Esta carta está publicada no site do Vereador Aurélio Miguel.

Essas são fotos tiradas na segunda feira. Essa é a Praça Alberto Rangel. A foto atesta as condições de deterioração dos imóveis naquele local específico.

Este é o Projeto de Lei 815/07 do Vereador Aurélio Miguel, que dispõe sobre a alteração de zoneamento na rua Alvarenga - subprefeitura Butantã, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de São Paulo DECRETA: Art. 1º Exclui do Quadro 04E do Livro X da Subprefeitura do Butantã, anexo a Lei 13.885/04, que relaciona os Trechos de Logradouros Públicos enquadrados na Zona de Centralidade Linear ZCLZ-II, os trechos da Rua Alvarenga (Cadlog 00855-9), compreendidos entre a Praça Alberto Rangel e Avenida Vital Brasil e entre a Rua Camargo e Avenida Morumbi". Esse trecho entre a Rua Camargo e Av. Morumbi, será feito um novo substitutivo propondo a retirada desse trecho, só permanecendo o trecho da Praça Alberto Rangel e Av. Vital Brasil.

"Art. 2º Os trechos referidos no artigo 1º desta Lei passam a integrar o Quadro 04E do Livro X da Subprefeitura do Butantã, anexo a Lei 13.885/04, onde estão relacionados os Trechos de Logradouros Públicos enquadrados na Zona de Centralidade Linear ZCLZ-I. Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário. Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Sala das Sessões. Às Comissões competentes."

Passo a ler a justificativa:

-É lido o seguinte:



O SR. MILTON - Esse Slide foi retirado do livro 10 da Subprefeitura do Butantã e é um anexo a lei 13 885. Ele está definindo o que são as ZCLs. A cessão da zona de centralidade ZC. São zonas centralidades lineares de zonas exclusivamente residências - CLZ. Os lotes lindeiros a trechos de vias internas ou lindeiros a zonas exclusivamente residenciais destinado a localização de atividades não residenciais, não incomodadas de baixa densidade podendo ser. As zonas de centralidade lineares ZCL 1, que é o que está sendo proposto pelo projeto do Vereador, o trecho de via destinado a localização das atividades de comércio e serviço de baixa comodidade e densidade. A zona de centralidade linear ZCL-2, que é o que está atualmente vigente, é um trecho de via destinado a localização das atividades de serviços de baixa comodidade e densidade. A diferença de um para o outro é só o acréscimo do comercio, porque os serviços já estão previstos nos dois.

Esse aqui é o quadro 4E, do livro 10, anexo a Lei 13.885 do Plano Regional Estratégico do Butantã é esse ponto que está sendo alterado pela lei do Vereador. Rua Alvarenga entre a Praça Alberto Rangel e Avenida Vital Brasil, Rua Alvarenga, entre a Rua Camargo e Av. Morumbi. Esse é o mapa das duas zonas que estão sendo modificadas. O primeiro trecho aqui em cima é o trecho da Praça Rangel até a Vital Brasil, e outro trecho assinalado embaixo é o trecho entre a Rua Camargo e Av. Morumbi, os dois trechos são ZCL 2 Essa situação atual de acordo com o artigo 39 do plano regional estratégico do Butantã. Isso que é permitido hoje na ZCL 2. Serviços profissionais, agências de turismo, escritórios administrativos sem operação de venda de mercadoria de firmas, empresas, representação, publicidade e propaganda. Escritório de administração, distribuição corretagem no mercado financeiro de capitais e de valores mobiliários. Escritórios e profissionais liberais, escritórios de projetos, auditorias, consultoria, assessoria, consulado e representação diplomática, estacionamento de veículos: consultórios, clínicas dentárias e médicas sem internação. Locais para exposição museus. Como vocês podem ver não está incluso aquela escola que vocês falaram que estava legalizado.



Fiz um comparativo entre a situação atual, o que foi proposto no projeto. A proposta dos moradores e a proposta da associação comercial. O que está proposto hoje nos serviços profissionais são agências de turismo. No nosso PL ficaria agências bancárias de câmbio e de turismo.

E na Associação Comercial seria igual ao que está sendo proposto na ZCL-1.

“Escritórios administrativos sem operação de venda de mercadorias de firmas, empresas, representação, publicidade e propaganda”. Estamos propondo: “Escritórios administrativos sem operação de venda de mercadorias de firmas, empresas, representação, publicidade e propaganda”. A proposta dos moradores é semelhante; a da Associação Comercial, um pouco mais extensa, é igual à que está vigendo hoje.

“Escritórios de administração, distribuição e corretagem do mercado financeiro de capitais e de valores mobiliários”. A ZCL-1 é praticamente a mesma coisa, só que entra, também, corretoras de imóveis e administração de bens e incorporadoras. A dos moradores é semelhante à que está vigendo hoje. A da Associação Comercial seria igual ao que está proposto na ZCL-1.

“Escritórios de profissionais liberais”. Na nossa, “escritórios de profissionais liberais, técnicos ou universitários”. A proposta dos moradores é o que está vigendo hoje. Na da Associação Comercial, só há os profissionais liberais.

“Escritórios de projetos de auditoria, consultoria e assessoria, consulado e representação diplomática”. Todos são iguais.

Hoje não são permitidos os estúdios fotográficos. E todos, inclusive o nosso PL, estão solicitando que sejam incluídos.

“Estacionamentos de veículos”, a mesma coisa: todos são a favor. A Associação dos Moradores solicita que sejam incluídos também: gravação de vídeo, som e filmagem. A mesma coisa na proposta da Associação Comercial. Só que, na proposta da Associação Comercial, existem mais alguns, que, aí, precisaria ver se todos estão de acordo, sendo:



“encadernação e restauração de livros, empresas de paisagismo de jardinagem, cabines e caixas eletrônicos, assistência técnica de bicicletas, brinquedos, relógios, jóias e ourives, eletrodomésticos e eletrônicos, e restauradores de obras”.

Continuando, “serviços de hospedagem e moradia”, atualmente não é permitido nada. No nosso projeto, como foi feito em cima do que existe hoje na legislação no Município inteiro, estariam permitidos: asilos, casas de repouso ou geriatria, conventos, mosteiros, seminários com locais de reuniões até 100 pessoas, pensionistas e pensões. A proposta dos moradores não atinge nenhum desses itens, e a da Associação Comercial, só casas de repouso ou geriatria.

“Serviços de saúde”. Hoje só são permitidos consultórios, clínicas dentárias, médicas sem internação. O PL é um pouco mais abrangente, seriam colocados: centros de diagnóstico e laboratórios de análises, consultórios e clínica, e consultórios e clínicas veterinárias sem internação. Na proposta dos moradores, nenhum desses itens entraria. A da Associação Comercial englobaria consultórios e clínicas dentárias, que já são permitidos hoje, e solicita a inclusão do veterinário.

“Locais para exposição”. Hoje só pode ser instalado museu. Pela nossa, existe: espaços e edificações para exposição de artes, museu, pinacoteca e galeria”. Na dos moradores, o museu, que também é comum à proposta da Associação Comercial. E o acréscimo, que faz parte do ZCL-1, de espaços e edificações para exposição de artes.

“Comércio de alimentação ou consumo local”. Isso não faz parte, hoje não pode existir. No nosso projeto, estamos pedindo que seja colocado: adega, padaria, panificadora sem utilização de forno a lenha, quitanda e frutaria, quitutes, doces e bombons. A Associação de Moradores não quer permitir nenhuma e a Associação Comercial solicita que seja incluído: boutique de pães sem forno à lenha, bomboniere, manipulação de alimentos, salgados, sanduíches, doces e congelados, casa de massa, lojas de conveniência e rotisserie.

“Comércio diversificado”. Hoje não é previsto nada. Pelo nosso PL, estamos



solicitando: antiquário, farmácia, drogaria, perfumaria e cosmético, jornais e revistas, móveis, tecidos, objetos de decoração e presentes e *show room*, exceto de motocicletas. A Associação de Moradores só solicitou que incluísse cabines fotográficas. A Associação Comercial solicita o seguinte: farmácia, drogaria, perfumaria e cosméticos; *show room*, exceto de motocicletas; papelaria, livraria, lavanderia a seco, bufê infantil, cabines fotográficas, locadoras de vídeo, CD, DVD e games, floricultura.

“Serviços pessoais”. Hoje também não é permitido nenhum serviço dessa natureza. Nosso PL está prevendo: cabeleireiro e outros tratamentos de beleza, inclusive para animais domésticos. A Associação de Moradores solicita que seja: cabeleireiro e centro de estética. E a Associação Comercial, além do cabeleireiro e centro de estética, que seja colocado: academia de ginástica, ioga, natação, artes marciais, dança, música e artes plásticas.

“Serviços de educação”. Hoje também não está previsto nenhum desses itens. Seriam: biblioteca, educação pré-escolar, escola de línguas e informática. Proposta por parte dos moradores: biblioteca, gibiteca e brinquedoteca. Proposta por parte da Associação Comercial: gibiteca, brinquedoteca, educação pré-escolar e berçário.

“Serviços sociais”. Hoje não está previsto nada. Estamos solicitando: creche, orfanato e parque infantil. A Associação de Moradores não solicita nenhum serviço e a Associação Comercial pede que sejam colocadas creches.

“Serviços de administração pública e serviços públicos”. No projeto está previsto: agência de correios e telégrafos, agência telefônica e delegacia de polícia. A Associação de Moradores não solicitou nada e a Associação Comercial, agência de correios e telégrafos, cartório, exceto de registro de civil e uma delegacia de ensino.

Essas foram algumas notícias que foram veiculadas, na época, pela imprensa. Esta é uma notícia do SPTV, exibida no dia 19 de outubro de 2007. A parte de cima fala mais sobre a regional de Pinheiros e a parte em vermelho é o que cabe nesta audiência. Passarei a ler.

“Nesta tarde, a Subprefeitura do Butantã fiscalizou 12 estabelecimentos da Rua



Alvarenga. Seis deles foram lacrados, sendo cinco na Rua Alvarenga e um deles na Rua Afrânio Peixoto. Os estabelecimentos que já haviam sido fiscalizados receberam multas de cerca de 4 mil reais por não atendimento à determinação municipal.

Outros seis locais estavam fechados e não puderam ser fiscalizados. As ações devem prosseguir na próxima semana.

Em protesto, os comerciantes colocaram parte da mercadoria que estava à venda sobre as calçadas. Alguns deles alegam que, há anos, tentam obter o alvará de funcionamento. 'Não conseguimos, porque a Prefeitura alega que a rua Alvarenga, com todo esse movimento é, estritamente, comercial.', afirma um dos comerciantes. A rua Alvarenga é uma das principais ligações entre a Marginal Pinheiros e a Rodovia Régis Bittencourt e Raposo Tavares, e registra um tráfego intenso de caminhões. Pelo menos, vinte estabelecimentos receberam uma intimação para cumprir a Lei de Zoneamento e fechar atividade. A Prefeitura afirma que quem desrespeitar a lei terá as portas lacradas. Uma operação semelhante ocorreu, no centro da cidade, na região da Luz, conhecida como "Cracolândia". No local, um bar..." Aí já é outro caso.

Essa é uma outra notícia veiculada, no dia 29 de novembro, na Agência *O Estado*. Esse é mais um adendo a um projeto de lei do Vereador Aurélio Miguel, que está tramitando nesta Casa.

Vou apenas ler os trechos que estão em vermelho: "Os proprietários de lojas da Rua Alvarenga, por exemplo, se estabeleceram há décadas, infringindo a Lei de Zoneamento e Ocupação do Solo, mas a fiscalização não funcionou. Nesse tempo todo se criou um fato consumado. A Rua Alvarenga e vários outros corredores comerciais, como a Avenida Pacaembu, na zona oeste, a Alameda Gabriel Monteiro da Silva e a Avenida dos Eucaliptos, na zona sul, não voltarão a ser residenciais, porque, além do comércio, há um trânsito pesado. Há tempos, o Governo estuda a possibilidade de criar um tipo de alvará provisório, com validade de dois anos, prazo para que o proprietário teria para cumprir todas as exigências para a obtenção do documento."



No ano passado, fizemos um projeto de lei visando justamente criar um termo de alvará provisório. Ele está tramitando na Casa. É o projeto 014/08. Quem estiver interessado em obter mais informações, o projeto encontra-se no *site* do Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Anuncio a presença da Sra. Taisa da Costa Endrigue, representando a Secretaria da Coordenação das Subprefeituras, o Sr. Angelo Andrea Matarazzo.

Tem a palavra o Sr. Audenir Antonio Brunelli.

O SR. AUDENIR ANTONIO BRUNELLI – Bom dia a todos. A maioria dos senhores presentes já teve oportunidade de se encontrar durante a tentativa de mediação feita na subprefeitura. Foi um fato pioneiro, pelo menos, no âmbito da subprefeitura. A subprefeitura tentou, por meio de seu corpo técnico, colocar o maior número de informações possíveis, para que as partes chegassem a um acordo. Houve sete longas audiências. Infelizmente, ao final delas, chegou-se até a um impasse sobre a interpretação da legislação. Em não havendo acordo, como deveria ser o desenrolar, o desfecho daquele processo? Isso foi encaminhado à assessoria jurídica e à Secretaria Municipal das Subprefeituras.

Pelo que tudo indica, a continuidade é pela manutenção da legislação como está lá. Havia uma possível interpretação, de que o subprefeito determinasse algum tipo de acordo. Parece-me que não é isso. Em resumo, a situação permanece como está.

Agora temos outra oportunidade para discutirmos. Podemos aproveitar uma parte do que já foi construído na subprefeitura. Já ficou bastante clara a posição de cada uma das partes. Vamos ir para frente. Durante as audiências, houve um período em que subprefeituras estavam encaminhando propostas para revisão do Plano Diretor. Isso fazia parte da própria legislação, que estabelecia um prazo, para que houvesse revisão do Plano Diretor.

Além de propostas que eram simplesmente corretivas, no plano, onde foram identificadas, por exemplo, discrepância entre o texto da lei e os mapas, eventuais não fechamentos de perímetros de zonas, também a subprefeitura, por meio de consultas à



população e do recebimento de propostas, fez uma análise técnica e encaminhou algumas sugestões, inclusive para a Rua Alvarenga.

Gostaríamos que tentássemos, pelo menos, resgatar aquele material. Quem não estiver, pode disponibilizar novamente. Houve toda uma orientação da subprefeitura. Há até algumas propostas que a subprefeitura colocou, sobre revitalização da rua.

Aquela idéia havia sido aceita e apoiada por todos, de a Prefeitura também participar com comerciantes e moradores, para revitalização da rua, levando, em consideração, em parte, que ela não vai voltar a ser uma zona estritamente residencial. Por outro lado, a subprefeitura não pode deixar deteriorar ainda mais aquela área. Devemos aproveitar um pouco a experiência de técnicos da subprefeitura, não só com relação à legislação do zoneamento, mas de dificuldades que temos com relação à própria fiscalização e ao licenciamento.

Há várias situações na rua Alvarenga. Praticamente, cada caso tem de ser analisado, especificamente. Então, há pessoas que estão instaladas lá, há muito tempo, que já possuíam licença. Há pessoas que tiveram alterações na edificação. Então, é muito difícil falarmos, de forma geral, o que pode e o que não pode ser feito, o que está lá legalmente e o que está irregularmente. Isso é muito difícil para a fiscalização.

Todos conhecem o agente vistor do setor. A nossa diretriz lá, não só com relação à Rua Alvarenga, mas, em tudo, na subprefeitura, na Coordenadoria de Planejamento, quanto mais nós auxiliamos e orientamos a população, para fazermos as coisas regularmente, para se obter licença e todas facilidades legais que a subprefeitura puder oferecer, para que se tenha o licenciamento, menos trabalho haverá para a fiscalização.

A fiscalização do Butantã tem um número razoavelmente pequeno de pessoas que trabalham. O setor de fiscalização, por exemplo, tem apenas dois engenheiros, que dão habite-se e fazem uma série de coisas. Uma forma até de aliviar essa fiscalização é auxiliarmos e trabalharmos, com afinco, em todas propostas que possam, de alguma forma, regularizar a



cidade, compatibilizando-a, como está hoje, com a legislação.

Regularmente, no licenciamento, sabemos, às vezes, a forma que pessoas procuram adequar as situações particulares às dificuldades da legislação. Há casos em que a legislação, inclusive, é omissa. Em muitas situações, temos de encaminhar para a própria Secretaria, para termos orientação sobre o licenciamento e a fiscalização.

Vejo essa proposta de lei, nesta oportunidade, nesta audiência pública, no mínimo, como mais um alento, na tentativa de chegarmos a um acordo que satisfaça a todos.

Gostaria que a Solange falasse sobre o que encaminhamos, por ocasião da revisão do plano regional.

A SRA. SOLANGE S. SILVA SÁNCHEZ – Bom dia. Acho que o Audenir já retomou grande parte do histórico de todo esse processo. O próprio Plano Diretor Estratégico, a lei 13.430/02, já previa, em alguns artigos, a revisão do próprio do Plano Diretor e dos planos regionais aprovados em 2004.

Sob coordenação da Secretaria Municipal de Planejamento, iniciamos esse processo ainda em 2006. Em janeiro, realizamos uma primeira reunião pública. Na sequência, analisamos todos os principais pontos de conflito da região de Butantã e aquelas questões que precisariam de uma correção, um ajuste, sempre seguindo orientação da Sempla, da Secretaria Municipal de Planejamento. Em agosto de 2006, realizamos a primeira assembléia regional de política urbana, quando apresentamos a posição da subprefeitura em relação a várias questões, inclusive a da Rua Alvarenga.

Naquele momento, a proposta era alterar o zoneamento no trecho indicado, entre a Praça Rangel e a Vital Brasil, exatamente para uma zona de centralidade linear do tipo I. Isso significa que poderia haver algum tipo comércio e serviço de baixa incomodidade.

No caso de a Sempla, Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, concordar que para cada um dos lados da via haveria um tipo de diretriz, aqueles lotes que faziam fundo com a Cidade Universitária poderiam ser transformados numa zona mista.

Evidentemente, conhecemos todo o histórico de conflitos dessa rua e de outras. Naquele momento, emergiu, novamente, uma discussão, na própria assembléia. Foi ali que a própria subprefeitura fez a proposta, de se iniciar o processo de mediação. Também isso está previsto, no Plano Diretor Estratégico, na lei de 2002, e depois foi regulamentado por um decreto de 2003.

Na seqüência, foram iniciados os procedimentos necessários para se implantar esse processo de mediação. Ao mesmo tempo, a Secretaria Municipal de Planejamento alterou a diretriz que conduzia, no processo de revisão da lei. Nenhuma proposta apresentada, não só pela subprefeitura Butantã, mas por todas as outras subprefeituras, foi acatada nesse processo de revisão. Houve apenas alguns ajustes e pequenas correções. Isso acabou causando uma certa surpresa, porque vínhamos numa direção, e, num determinado momento, essa orientação foi alterada.

De qualquer forma, houve um ganho para todos iniciarmos um processo de diálogo. A subprefeitura teve um papel importante, ao abrir uma mesa de negociação pública, que poderia chegar a um bom termo. Só pelo fato de pessoas terem iniciado essa conversa, nesse pequeno fórum, já houve ganho. Hoje aqui talvez seja a continuidade desse processo.

Em termos objetivos, a proposta hoje não faz parte da proposta consolidada da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, no que se refere à revisão da lei.

Então, no último documento que a Secretaria Municipal de Planejamento elaborou e depois colocou para consulta pública, na Assembléia Regional de Política Urbana de 2007, um ano depois da primeira, não há alteração para o zoneamento da Rua Alvarenga, embora haja um erro no texto. Ele não foi corrigido a tempo. Então tem lá a proposta, mas a posição da Sempla é que não haverá mudança nesse zoneamento. E desde então, do final do ano passado, a Secretaria de Planejamento encaminhou para a Câmara Municipal projeto de lei de revisão apenas do Plano Diretor Estratégico, ou seja, da Lei 13.430, de 2002, os planos regionais e as diretrizes de uso e ocupação do solo que incluem o zoneamento, esse projeto de



revisão ainda não foi enviado. Vocês acompanham bem o assunto, sabem que houve um questionamento, uma representação do Ministério Público e por conta disso foi enviada apenas a proposta de revisão do Plano Diretor.

Como o Aldemir mencionou, o grande aspecto importante dessa mediação que foi iniciada lá na subprefeitura era também considerar um projeto de requalificação urbana para a Rua Alvarenga, quer dizer, não se trata apenas de mudar o zoneamento que permita uma gama maior de atividades ali, mas de recuperar essa rua para a cidade, quer dizer, ter uma intervenção de fato que envolve um projeto urbanístico e ali havia uma oportunidade de se discutir isso, qual é a rua que queremos para o bairro e para a cidade. Então esse aspecto foi extremamente importante naquele momento e espero que a gente possa recuperar isso.

Ainda para acrescentar e concluir, hoje a subprefeitura trabalha na elaboração de um projeto executivo de implantação de uma grande ciclovia na região e um dos trechos é justamente a Rua Alvarenga. Então nós entendemos que isso será mais uma oportunidade de pensar um projeto de requalificação urbana para aquela rua que é tão importante naquele contexto ali.

Só para concluir, o processo de mediação, como o Aldemir falou, fico praticamente inconcluso, agora soube que realmente chegou essa resposta à consulta que a subprefeitura formulou para a Assessoria Jurídica, então não há possibilidade de avançar justamente porque as partes não chegaram a um acordo e o subprefeito de acordo com essas interpretações do artigo que criou o problema ali na mediação, o subprefeito não pode ele próprio encaminhar uma proposta de alteração. De qualquer forma entendo que ainda deveremos fazer uma última sessão, ou pelo menos um novo encontro, para encerrar, ou para dizer para onde iremos, o que queremos com esse processo que foi tão importante e, como também o Aldemir disse, é um dos únicos na cidade de São Paulo. Houve um parecido para a Avenida Pacaembu, mas numa dimensão muito menor, com alcance bem diferente deste.

A princípio seria isso. Posso responder alguma pergunta se houver.



O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Obrigado, queria pedir à Taísa, que está representando aqui a Secretaria das Subprefeituras, se manifestasse.

A SRA. TAÍSA - Bom dia. Sou arquiteta urbanista e trabalho na supervisão geral de uso e ocupação do solo. Estou presente respondendo um ofício que foi encaminhado à Secretaria pedindo a nossa presença e estou relatando aqui, para que eu retome isso com o nosso supervisor geral de uso e ocupação para que a gente possa pensar isso junto com vocês. De qualquer forma acho que o Poder Público tem esse poder de mediar em todos os conflitos existentes, as posições diferentes existentes e a subprefeitura mais do que nunca vai poder verificar isso no próprio local e a gente vai, na medida do possível, possibilitar essa conversa também.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Queria convidar aqui as pessoas que se inscreveram. A Sra. Márcia Vanoletti.

A SRA. MÁRCIA VANOLETTI - Bom dia a todos. Vereador, antes de colocar minha fala eu gostaria de fazer uma pergunta ao senhor: quanto à uma audiência pública aqui desta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, eu queria saber como funciona regimentalmente, primeiro, não temos a presença de nenhum Vereador que faz parte da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Temos. O Vereador Agnaldo Timóteo, que abriu e passou. Eu vou explicar para a senhora...

A SRA. MÁRCIA VANOLETTI - Se o senhor puder deixar eu terminar, para a gente fazer uma resposta única. Não é esta a primeira audiência pública que nós participamos nesta Casa, eu não sei se para cada Comissão existe um regimento, mas as características da Comissão de Constituição e Justiça é pela legalidade do projeto em si. O que nós estamos vendo aqui ela tem muito mais uma característica da comissão municipal de política urbana, porque estamos discutindo aspectos técnicos do projeto quando, na verdade, estamos aqui



para discutir aspectos legais do projeto. Então eu não sei se há necessidade de pelo menos alguém da própria Comissão que possa ouvir, porque as partes estão inscritas e elas suprem alguns detalhes. Então queria que o senhor me esclarecesse pela legalidade e por quórum, ou qualquer item que a gente pode ter essa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Primeiro, qualquer Comissão pode fazer audiência pública de qualquer projeto, pode ser Comissão de Constituição e Justiça, de Finanças, da qual participo, a de Política Urbana, de que é a matéria. Eu pedi para que colocasse na Comissão de Constituição e Justiça porque ela estava inclusive para ser deliberada pela constitucionalidade ou não. Então pedi para que fizesse já nesta Comissão, porque se houver uma mudança eu já faço o substitutivo nesta Comissão. Essa foi a idéia.

Em relação à audiência, o membro da Comissão, Vereador Agnaldo Timóteo, fez a abertura, portanto, dentro da legalidade, dentro da audiência passa para o autor do projeto, que sou eu, e logo chegará outro membro da Comissão de Constituição e Justiça, portanto, dentro da legalidade, sem problema algum em relação a isso. Depois tudo vai estar em Notas Taquigráficas, está sendo gravado tudo que está sendo debatido aqui e falado.

Então, a idéia da audiência pública é para que a senhora se manifeste em relação a qual é a idéia da senhora e as propostas que a senhora tem.

Era isso o que eu tinha a dizer.

A SRA. MARCIA VANOLITTI - Apesar de o senhor ter-nos informado, e nas nossas reuniões – reunião anterior que, aliás, nos surpreendeu esta audiência, porque estávamos aguardando ainda uma ata de algumas deliberações que tivemos, quando em contato com o senhor.

Então, não recebemos ainda a ata, porque, naquela oportunidade, o senhor disse que realmente promoveria uma audiência pública - ou duas, não importa.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. MARCIA VANOLITTI - E, na verdade, o que aconteceu é que nós



recebemos 24 horas antes essa audiência pública, e não recebemos ainda a ata de nossa conversa, que acho que seria importante termos esse documento, até para poder elaborar nossa pauta de trabalho, e poder convocar as pessoas interessadas no assunto, e isso não aconteceu.

Independentemente de o senhor retirar o trecho da Rua Camargo, vou-me ater especificamente ao problema da legalidade.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Desculpe-me, eu vou falar para a senhora: audiência pública... Legalidade ou ilegalidade, Comissão de Constituição e Justiça, esta Casa delibera.

A senhora tem de tratar a respeito dos assuntos pertinentes àquela rua. Legalidade ou ilegalidade depende do ponto de vista. A senhora vai ao Superior Tribunal, há lá quatro votos a três. Quer dizer, quer dizer, de um ponto de vista é de uma forma; de outro, é de outra forma. Quer dizer, o entendimento de cada um é de uma forma.

Então, eu pediria que a senhora se atentasse realmente à questão da Rua Alvarenga. Legalidade ou ilegalidade...

A SRA. MARCIA VANOLITTI - Olha, então, eu vou-me ater apenas...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Por favor.

A SRA. MARCIA VANOLITTI - ... O que eu falo de legalidade é porque projetos como esse que está sendo apresentado aqui temos em torno de 130 tramitando nesta Casa. Eles fazem parte da Lei 13.885, do Plano Diretor Estratégico. Esse Plano Diretor é o que está em debate. A Lei 13.885 não está sendo discutida.

Então, apresentar, pela Lei Orgânica do Município, que é a alegação que o senhor colocou no seu projeto, o senhor realmente pode fazer esse tipo de proposta, mas ela fere o documento principal que nós, da sociedade civil, tanto moradores como sociedade organizada, seguimos, que é ao Plano Diretor Regional Estratégico. É ali que nos baseamos para fazer nossas reivindicações, para fazer as cobranças para as Subprefeituras, de fiscalização; e de



seguir a norma. A lei maior que seguimos, como cidadãos e como moradores de um determinado bairro, é o Plano Diretor Estratégico. Este plano é o que está em vigor, que foi aprovado em 2004, e que temos de seguir.

Então, trazer uma proposta de uma mudança de zoneamento, com tamanha implicação, com tamanho conflito, porque, na Lei Orgânica se prevê isso, acho que é um pouquinho complicado.

E, fazendo a avaliação do aspecto técnico, volto a insistir: não foi feita uma avaliação detalhada da Rua Alvarenga, porque o trecho que estava proposto aí, apesar de ser retirado, não foi observado que ela já tem, primeiro, três nomes distintos e dois zoneamentos distintos. E o trecho que o senhor colocou ficaria assim: da Rua Camargo até a Avenida Morumbi, ZCL-1; da Rua Nordestino até a...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - A senhora me concede aparte? Quer dizer, a senhora fique à vontade de falar o que a senhora acha que tem de falar. Eu já disse que nós vamos retirar.

Então, acho que a senhora poderia se atentar àquele trecho que nós vamos tentar mudar o zoneamento, porque vocês não chegaram a um entendimento.

A SRA. MARCIA VANOLITTI - Sim, só que há um detalhe, Vereador: não foi levantado, com a devida propriedade, quer o trecho da Rua Camargo, quer o trecho da Rua Alvarenga, da Praça Alberto Rangel até a Vital Brasil.

Então, se o senhor quer encurtar o assunto, temos aqui e vou entregar...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - É que há várias pessoas inscritas, e temos um horário para encerrar, até às 12h.

A SRA. MARCIA VANOLITTI - Eu concordo com o Sr, só que...

Tudo bem, eu vou acatar, porque eu tenho de respeitar. Como eu sou cidadã, tenho de respeitar o Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - E inclusive as demais, não é?



R - É, as pessoas vão poder falar. Mas eu gostaria de saber, primeiro: para quem se entrega o documento?

P - Para a Secretaria.

R - Para o pessoal da Comissão, com o abaixo-assinado dos moradores que, como não tínhamos conhecimento da retirada, e tem os aspectos técnicos e tal.

A segunda coisa que quero pedir ao senhor: aproveitando a oportunidade e, tendo em vista os aspectos técnicos que não foram considerados em seu projeto de lei, da Rua Camargo como da Rua Alvarenga como um todo, gostaria que fosse solicitado, à Subprefeitura do Butantã, um levantamento de todo o comércio, de todos os imóveis que estão ali instalados, tipo de atividade, e se são regulares ou irregulares.

Acho que só vamos poder discutir sobre esse trecho da Rua Alvarenga - que vai interferir, sim, o trecho da Rua Alvarenga onde não vai ser objeto da discussão -, mas há necessidade disso, e gostaríamos de obter essa relação, antes da eventual realização da segunda audiência pública.

Obrigada.

P - Gostaria de registrar a presença do Vereador Átila Russomanno, membro da Comissão de Constituição e Justiça.

Gostaria de convidar a Sra. Sylvia Marcia Belinky. Por favor.

A SRA. SYLVIA MARCIA BELINKY - Bom dia a todos; bom dia, Vereador.

Tenho a dizer que isso é um assunto de interesse público, não de interesse privado. Fomos profundamente desse respeitados, porque, como comunidade, não fomos...

Nós fomos ouvidos pelo senhor, e muito respeitados. Porém, a partir daí, não recebemos nem a ata, nem fomos chamados, nem recebemos nenhum aviso com relação a esta reunião que está havendo aqui hoje.

P - Espera um momentinho só, se a senhora me concede um aparte.

Milton, foi mandado o e-mail, com a ata? (Pausa) Ah, tá.



R - Quando?

P - Não, tudo bem. Tudo bem.

R - Nós não recebemos.

P - Muito bem.

R - E, assim, eu queria terminar o que eu acho que foi...

- Falas concomitantes.

R – Assim como nós respeitamos, gostaríamos de ser respeitados.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Claro.

R – Afinal de contas somos 800 famílias. Quanto mais não seja, pelo menos por sermos todos cidadãos. Assim como os outros pagam impostos, nós também pagamos. E se nós somos parte interessada, temos todo o direito de receber também isso que foi exibido aqui. Aquela tabela de serviços, nós estamos sabendo, não recebemos.

P - Por favor, coloca a tela.

R – Não, não precisamos disso já, precisávamos anteriormente para poder dizer que nós, a princípio, existiam 7 modalidades permitidas na Rua Alvarenga. Nós concordamos com 21 e ninguém está satisfeito ainda. Quero crer que nós não somos, absolutamente, irredutíveis. Muito pelo contrário, só que nada satisfaz. Assim, é abrir as portas e para abri-las acho que tem de existir a lei e o bom senso. E também deveria existir aqui na mesa mais pessoas, que não fosse o senhor, por exemplo, que tem o projeto, mas outras pessoas que tenham para ouvir até do senhor e dos diretamente interessados que somos nós todos. Agradeço imensamente a sua atenção.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Muito obrigado. Tem a palavra a Sra. Estér Pekelman.

A SRA. ESTÉR PEKELMAN – Bom dia, Vereador, bom dia a todos. Conforme os representantes da Subprefeitura disseram houve reuniões. Eu, como arquiteta, fico extremamente impressionada com a Prefeitura respeitando a lei vigente. Alguns proprietários



não sendo egocêntricos, defendem o interesse de muito poucos para uma comunidade grande que quer preservar a vida de São Paulo. E não é formando mais centros, ter apoio com comércio que você vai dar condição a que os habitantes tenham condição de vida em São Paulo. E a Alvarenga tem uma característica única, faz divisa entre a Cidade Universitária e uma zona residencial. No pedaço que vai da Ponte da Cidade Universitária até a Vital Brasil, ela não tem uma característica de comércio porque é a transição entre a residencial e a Cidade Universitária. Estão querendo colocar um tipo de zoneamento que não cabe, dentro da idéia de zoneamento da cidade de São Paulo que tem progresso. Vamos de uma zona a outra tendo locais em que você passa sem ter conflito. Isso não está acontecendo porque uma hora colocam zona de comércio diretamente, de muro com uma zona residencial. Era isso que gostaria que levassem em consideração porque hoje há profissionais, como arquitetos e urbanistas, que estudam tudo isso e sabem que não é viável. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Tem a palavra o Sr. Carlos Wander (?).

O SR. CARLOS WANDER – Bom dia. Há muito tempo não venho em audiência pública nesta Casa. A última vez foi quando estávamos discutindo a Alvarenga e a Pedrosa de Moraes quando fundamos o Defenda São Paulo no tempo do Jânio.

Vamos falar da Alvarenga que hoje não tem zoneamento residencial. Não tem um morador na Rua Alvarenga do trecho entre a Vital Brasil e marginal. É zoneamento de serviço e realmente concordo com os proprietários porque é zoneamento complicado. Não serve para alugar. Um indivíduo que se instala num zoneamento de serviço é um escritório, uma multinacional, uma grande empresa e essas empresas não alugam, elas compram imóveis. Isso está acontecendo na Afrânio Peixoto e é o que aconteceu na República do Líbano. Dificilmente empresas desse porte vão alugar. E na Alvarenga pela sua característica, se voltarmos na história, foi a rua mais bonita do bairro. Quando vim para o bairro em 1954 era a rua dos grã-finos, eu morei na lateral. Minha rua era de terra, mal tinha árvores, mas a Alvarenga era bonita. O que estragou a Alvarenga foi a ponte, o trânsito. Realmente não dá



mais para morar na Alvarenga, e tem de ter uma atividade de uso para os proprietários. Só que para o perfil de aluguel, não serve. Os proprietário que investem em aluguel, eu também invisto, eu não vou investir em aluguel em imóvel desse tipo, teria de trocar o patrimônio para um tipo mais apropriado de aluguel. Converter para zoneamento que comporte lojas, comercial, liberação total, vai transformar a Alvarenga naquilo que vemos entre a Vital Brasil e a Raposo Tavares. Parece uma cracolândia, que coisa mais feia. A Alvarenga hoje do jeito que está, mesmo abandonada, está mais bonita do que aquele trecho. A Alvarenga está complicada, quem vai querer instalar escritório ali? O pessoal abandonou os imóveis.

Se eu sou presidente de uma multinacional, vou instalar escritório, quero instalar em local que as casas estão bem-cuidadas. As calçadas estão esburacadas, e são responsabilidade dos proprietários que, por acaso, perdoem-me porque se o zoneamento virar comércio, padaria, empório, sei-lá-o-quê, eles não têm a infra-estrutura necessária para a Rua Alvarenga, vão querer usar a lindeira e já usam. Hoje as ruas lindeiras que são de uso estritamente residencial são prejudicadas pelo uso da Alvarenga. Não há uma rua do entorno que não reclame do uso irregular, coisa que combatemos não é de hoje. A Sociedade de Moradores foi fundada, se não me engano, na época dos anos 60 ou 70, um dos nossos fundadores está aqui, o Rosenblum e desde essa época a Sociedade quer a obediência da lei. Lógico, queremos zoneamento técnico e não financeiro político. Queremos sim zoneamento técnico porque zona residencial é altamente restritiva e ao seu lado não pode ter atividade que seja nociva à residencial. Mas é lógico que tem de ter atividade lá. Achemos que a atividade de serviço é perfeitamente aceitável desde que haja mudança na Rua Alvarenga. Concordamos com isso. Achemos que é difícil no setor de serviços o aluguel de imóveis. Pode ver que nas outras grandes avenidas de São Paulo onde os escritórios vingaram, nenhum imóvel é alugado porque as empresas compram. Na própria Afrânio Peixoto, a maioria dos imóveis não são alugados, são comprados pelas empresas. Se tivesse acontecido na Afrânio o que aconteceu na Alvarenga que os moradores antigos quiseram manter o patrimônio e alugar, ela estaria



igual a Alvarenga, seria a Alvarenga dois.

De qualquer maneira, somos maioria. Para cada um que quer mudar o zoneamento, temos 50 do lado de dentro. Então, que seja também político. Seja feito plebiscito na zona residencial e na Alvarenga e medimos os votos. A maioria leva, mas não pode deixar ninguém sem o direito de participar. Audiência pública aqui não é o legal para a gente, preferimos a reunião lá, à noite.

Fomos convocados para esta reunião terça à tarde, eu não sei há quanto tempo está marcada, mas acho que audiência pública tem prazo maior. Assustamos, terça à tarde e a reunião na quinta! O que é isso? E lá no centro. Registro o meu protesto referente ao tempo que ficamos sabendo. Pensamos que tinha iniciado um diálogo, mas tivemos de explicar quem somos porque acreditava, de início, que o Vereador talvez não soubesse o que acontece.

Tivemos uma reunião na Associação Comercial anos atrás onde foram Vicente Cândido e Zaratinni. A Associação Comercial levou 30, 50 e nós mais de 500. Não cabia mais ninguém. Claro, foi no nosso bairro, à noite. Registro então meu protesto.

Obrigado, Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Está registrado. Quero informar que não sou membro da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa. Pedi para o Presidente e é ele quem marca, não sou eu. Se fosse da Comissão de Finanças e Orçamento eu poderia marcar com antecedência, estaria com domínio em relação às datas. Foi avisado e assim que me avisaram eu avisei os senhores. E os senhores dominam a matéria, digo isso porque quando estiveram no gabinete percebi que todos conheciam. Não vejo problema nenhum em relação à audiência pública. Vocês estão se manifestando outras vão se manifestar e vai ficar registrado nas notas taquigráficas.

Quero lhes dizer que o assessor Milton disse que, por exemplo, uma escola ali estaria irregular. Estaria irregular e precisa ver quando foi constituída por conta da lei de zoneamento. Quem estava antes da lei de 72 é permitido. Eu tenho um prédio que é na Eliseu



de Almeida que é indústria, não é mais, mas seu eu quiser transformar poderia porque estou antes da lei do zoneamento. Era isso que queria dizer aos presentes.

O próximo inscrito é a Sra. Catherine.

A SRA. CATHERINE – Primeiro, quero dizer que estou triste por aqui, hoje, apesar da beleza desse mural, eu não conhecia. Valeu a visita porque como disseram Ademir e Solange, a gente estava num caminho muito bom com o pessoal da Alvarenga para resolvermos questão que é de todos nós. Não é problema da City Butantã, da USP ou de vocês, mas sim das três partes que estão descontentes com a Alvarenga. Como disse a Karen, a carta, concordo plenamente. Em 80% a Alvarenga é N-1, caracterização de via como a 23 de Maio. Portanto, ela não é residencial, mas o comércio é um tipo de atividade desfavorável ao fluxo da via. Poderíamos trabalhar as três partes, como nós começamos, e virar uma via mais agradável não para caminhão, mas para pedestre. Tenho certeza de que vão conseguir vender ou alugar seus imóveis porque aqueles que já o fizeram estão tendo sucesso, como a Cauduro, Fipe-CAP, fundações que estão funcionando bem na Alvarenga. Acho que se colocar uma padaria perto da ponte, a CET vai ter muito trabalho lá.

A segunda parte da minha fala está de acordo com o que a Solange falou. Devemos continuar os trabalhos lá, na subprefeitura. Temos de lembrar em caráter mais macro de que vai ter estação de metrô na Vital Brasil que vai despejar 80 mil passageiros que vão atravessar a Alvarenga para pegar o trem do outro lado do rio. A Alvarenga vai ter um fluxo enorme e é nesse fluxo que temos de basear o seu futuro. Tirar caminhão e por pedestre, bicicleta porque vai ser bom para todo mundo. Não acho que é colocando padaria e bombonière que vamos resolver o problema de vocês.

Só para contar uma anedota. Tem um serviço de aluguel, espaço para cordão umbilical... como chama isso? Uma clínica, um banco de cordão umbilical. Outro dia, eu vinha atrás da dona, desci a ponte da Cidade Universitária e ela estava com o controle remoto da garagem já na ponte, apertando para ter certeza de quando descesse, entrasse na garagem.



Então, não é bom para comércio lá. Não dá. É muito difícil. Vamos resolver o problema de um paciente que tem câncer com aspirina. Está errado. Urbanisticamente o comércio nesse trecho da avenida é tecnicamente equivocado.

Não por isso queremos falar que o Alvarenga está ótima do jeito que está. Não, a Associação de Moradores não gosta da Alvarenga do jeito que está. Nisso concordo com o Valdenir, o Alvarenga tem de voltar a ser a linda Avenida que um dia foi. Todo mundo ganhará com isso.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - A senhora Marion Lauter Berg

A SRA. MARION LAUTER BERG - Bom dia a todos. Apesar de já ter sido dito, só gostaria de reiterar que, realmente, não recebemos nem a ata nem a convocação para hoje. Por isso, estou um pouco atrapalhada. Até conversamos um pouco ali, porque tivemos um prazo de 24 horas para resolver todos os nossos assuntos, passar um abaixo-assinado, tirar xérox, fazer carta, ofício. Está tudo um pouco cru, mas mesmo assim iremos entregar alguma documentação.

Também não vou comentar sobre a carta que foi lida na íntegra, enquanto que nenhuma das nossas cartas foi lida. Apesar de não concordar nem com 80%,(sic) acho que ali tem até alguns termos ofensivos a nós. Também não vou responder. E como disse o Carlos, nós também pagamos IPTU.

Outra coisa que tem de ficar um pouco claro: nos abaixo-assinados, por exemplo, todos nós nos expomos, dizemos quem somos. Quem está pedindo, por exemplo, na parte da mediação dos moradores. No outro lado do balcão, como brinco, quem está? São só os proprietários dos lotes na Alvarenga, a Associação Comercial, quem são os interessados. Gostaríamos muito de ter essa definição.

- Comentário inaudível.

A SRA. MARION LAUTER BERG - Sim, mas quem são? São os proprietários, os inquilinos, as pessoas que usam, a Associação Comercial, quem está propondo? Afora a dona



Karen, e se for só ela é uma só contra dez mil dos nossos, fica fácil de resolver. Agora, quem é o pessoal do outro lado do balcão?

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Aqui não tem balcão. Balcão é negócio. Aqui é lei.

A SRA. MARION LAUTER BERG - Desculpe-me, eu não quis ofendê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Soa mal, infelizmente. Temos de tomar cuidado.

A SRA. MARION LAUTER BERG - Eu vou explicar a história do balcão. Eu trabalho com comércio. Então, tem uma pessoa do lado de cá e outra do lado de lá. Não quis ofender ninguém, mesmo porque não há necessidade, nós estamos todos muito bem, não é verdade.

Quis dizer que há uma parte de um lado e outra do outro. Poderia ter tido uma parte de cá da mesa, uma parte de lá. Se alguém se sentiu ofendido, perdoe-me, não era minha intenção. Avisei antes que ia fazer uma brincadeira.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Temos de tomar cuidado, porque quando se trata de política ...

A SRA. MARION LAUTER BERG - Eu não sou política.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Eu estou no meu primeiro mandato.

Infelizmente, é uma tendência, principalmente dos meios de comunicação, de trazer comentários que difamam, negativos. No meu primeiro dia de mandato, os mais experientes me advertiram para não falar determinadas coisas. É só nesse sentido.

A SRA. MARION LAUTER BERG - Aliás, como o senhor mencionou "balcão de negócios", e não é nada disso, nós estivemos nas reuniões e ficou parecendo que éramos a turma irredutível. Lembra Valdenir, Solange?

Como foi dito, abrimos um leque bem maior de opções para uso da Rua Alvarenga, e ainda assim não foi aceito nada. Ou eles pegavam tudo ou nada. E ficaram sem nada,



porque não aceitaram a metade do caminho.

Volto a dizer que achamos que os moradores têm de ser ouvidos, porque é uma parcela grande da população e de cidadãos interessados.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Só queria reafirmar que não pertenço à Comissão de Constituição e Justiça. Eu pedi a audiência nesta comissão porque ia ser deliberado e aprovado e passaria para outra. Essa audiência é justamente para poder adiantar o debate.

Gostaria de informar que todas as convocações de audiência pública estão no site da Câmara Municipal. Com o advento da internet, essas informações podem ser observadas a qualquer hora.

Tem a palavra o Sr. Paulo Sérgio Natak.

O SR. PAULO SÉRGIO NATAK - Primeiro, queiro esclarecer um ponto, pois parece que essa audiência virou o jogo do contra. Um ganha, o outro perde. Não é nada disso, nunca foi essa a intenção.

Não adianta vocês terem um bairro lindo, bonitinho, arrumado, se para chegar nesse bairro o pessoal tem de passar por uma favela. E é exatamente nesse nível que a Alvarenga está chegando, com casas abandonadas, com prostitutas caminhando pela Alvarenga, arrombando casas para usar como escritórios, como a Karen falou. Ultimamente o pessoal está invadindo as casas para consumo de drogas. Ou seja, na situação em que estamos hoje, não é uma questão única e exclusivamente de dizer "Não, nós temos um pouquinho a mais para vocês...". Não é assim.

Para você transformar uma rua em economicamente viável, precisaria ter atividades interligadas. Ninguém coloca um escritório perto da ponte se, efetivamente, o que acaba acontecendo é que os funcionários têm de sair e andar um quilômetro, 1,5 quilômetro para chegar a uma padaria e comer um sanduíche. Não existe um correio. Quer dizer, quatro, cinco,



oito atividades a mais não resolvem o problema. Tem de haver atividades interligadas. Um escritório precisa ter eventualmente um correio, uma papelaria, um lugar para refeição e coisas desse tipo. Senão, o negócio acaba não tendo maturidade. Estou respondendo àquela colocação que vocês disseram que deram 21 atividades a mais. Fui um dos membros da comissão e, em verdade, vocês deram nove. As nove atividades não eram interligadas. Conclusão, acaba não surtindo resultado nenhum. Queria também dizer o seguinte: hoje, no estado que está o Alvarenga, fazendo a colocação que o Carlos fez, que seria só para escritório, só para multinacional, não sei o que multinacional compra, se fosse economicamente viável existiriam muitas multinacionais tentando comprar e os preços estariam supervalorizados. Não é isso que está acontecendo no momento. Isso é uma teoria que na prática não está se demonstrando.

Quero dizer para vocês um último ponto que acho razoavelmente importante. Toda a vez que se fala em comércio o pessoal sempre pensa que vamos fazer um shopping-center e alguma coisa desse tipo. Estamos mudando os usos mas as construções não. Existe uma limitação naquele bairro de 250 m² de terreno. Então, 250 m² não se consegue colocar o escritório de uma multinacional ou um comércio de grande porte mas principalmente pequenos escritórios e pequenos comércios, comércio para uso local os quais trariam a própria benfeitoria também aos moradores. Então, estou colocando para vocês o seguinte: esta alteração é uma alteração que vem para o bem de toda a comunidade. Não estamos falando em shopping centers, como cheguei a ouvir falar em prédio de 35 andares. Queremos pequenos comércios locais, que é algo muito mais rentável que uma indústria de serviços hoje que acaba não se consolidando e tanto não se consolida que a prática mostrou que esta teoria de indústria de serviços por si só, o que já é permitido, não deu uma revitalização na Rua Alvarenga. Ou seja, precisamos de algo mais antes que aquilo se transforme no que está hoje, com casas abandonadas. Existe um dado que provavelmente possa ser dado pela Prefeitura, o número das casas que se tem hoje com impostor atrasados, com multas altas que simplesmente



levará ao abandono. Isso vai acabar levando à situação em que moradores da área interna do bairro terão de passar por favelas para chegar aos próprios bairros, o que é pior para vocês também. Isso não é o jogo do contra. Temos de achar alguma coisa justa, alguma coisa que seja boa para ambos os lados. É o que estamos pedindo. Não acho que uma bomboniere seja um crime, percebem?

- Aparte fora do microfone.

O SR. PAULO SÉRGIO NATAK - Isso é uma teoria interessante. Não sei o problema de tempo. Vou lhe rebater isso com o seguinte argumento: se você olhar a Avenida Paulista, onde há a cada vinte metros um prédio entre 15 andares, provavelmente com 10 vagas por andar e coisas desse tipo. Os carros entram e saem da Avenida Paulista sem causar transtorno no trânsito. A própria legislação prevê uma vaga para cada 35 m² de área construída. Isso vai gerar estacionamentos nos próprios imóveis ou você tem de ter um convênio gratuito para estacionamento ao mínimo de cem metros. Então, a teoria de que vamos estacionar nas ruas transversais também não é verdadeira. Era o que tinha a dizer para vocês.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - SR. Mário Hiroda.

O SR. MÁRIO HIRODA - Exmo. Sr. Vereador Aurélio Miguel, Vereadores componentes da mesa, senhoras e senhores, colegas da Rua Alvarenga e amigos do bolsão da City. Sou talvez há vinte anos, com alvará de representação, representante comercial. Espero que não tenha incomodado ninguém dos moradores. Muito pelo contrário, deixo iluminação à noite e isso dá uma certa segurança. Na ocasião da enchente lutamos muito porque tive um prejuízo enorme, inclusive todos os moradores do bolsão. Fui um dos que puxei a bandeira para acabar com a inundação que era somente construir a ponte na Cidade Universitária. Isso não vem ao caso mas uma coisa é verdade. Discutir, o que é óbvio, já estão lá instalados vários comércios. Outro fator importante que tenho notado é que lá deverá se formar o maior corredor - assim como a Consolação é conhecida como um corredor de luz, a



Fernão Dias é conhecida como materiais para marcenaria - na Alvarenga estou notando que será de móveis, comércio madeireiro de portas e janelas. Ficará um comércio marcado. Não virá nenhum prédio. Gostaria da compreensão dos senhores moradores para que deixassem o comércio produzir, dar mais emprego, dar mais segurança porque cada comércio que há tem um segurança, pelo menos, olhando. Vai olhar todos. Gostaria de parabenizar o Vereador Aurélio Miguel pela belíssima iniciativa e o pessoal da Prefeitura que tem dedicado estudo profundo para que realmente lá se torne uma área comercial, não industrial. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Sr. Klaus Peters.

O SR. KLAUS PETERS - Bom dia a todos, Vereador Aurélio Miguel, Vereador Atila Russomanno, demais componentes da mesa. Muito do que queria falar já foi dito aqui. Sou da Regata, loja que se estabeleceu lá há 13 anos. Espero também não ter importunado. Nunca tive a noção de que o comércio pudesse causar reações tão antagônicas. Mas espero não ter causado nenhum transtorno maior.

Inicialmente quero parabenizar o trabalho da Subprefeitura que apesar de estarmos lutando um contra o outro, sabemos de nossa irregularidade lá, estamos já há muito tempo tentando achar uma solução para isso, mas, como já falei, muito do que queria falar já foi dito e só queria fazer uma ressalva. Acho que o que o Vereador Aurélio Miguel está tentando fazer é não deixar as pessoas em lados diferentes do balcão, em lados opostos e sim, trazê-las para o mesmo lado. Acho que o que está sendo debatido aqui, e é um exemplo maravilhoso da democracia que, graças a Deus, nosso país vive, é que uma iniciativa como a do Vereador possa, sim, achar a melhor solução para um determinado ponto de nossa cidade. A comunidade que ali vive e que ali tem o seu comércio, não é unicamente a comunidade impactada pelo que está sendo proposto. Estamos ativamente procurando algum lugar para colocar a Regata. Temos várias dificuldades, São Paulo cresceu muito mas ficaria muito triste e ver que fazendo todo o esforço que estamos fazendo, tirar a regata de lá ou os demais comerciantes e, daqui cinco anos, passar pela Rua Alvarenga e comprovar o que penso hoje,



que o que degrada a região não é o uso e sim o tráfego. Infelizmente São Paulo não é exclusividade. O Brasil todo vive a falta de planejamento. Fazemos aqui o planejamento em tempo real. Às vezes até o planejamento retroativo. Só queria colocar isso. O esforço do Vereador, sem mencionar o esforço incansável da Subprefeitura é ter certeza de que todo o esforço que nós da comunidade fazemos é para o bem de todos e achar uma forma de que a minoria se sacrifique para o bem da maioria. Se eu tiver de ser a minoria sacrificada para o bem da maioria, que assim seja. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Enfim, uma unanimidade. Todos aplaudiram, foi bom. O Sr. Jackson Vasconcelos.

O SR. JACKSON VASCONCELOS - Bom dia, é a primeira vez que participo de uma reunião deste porte. Desculpe se eu falar com emoção. Falar aqui na frente é difícil. Vi oradores que falaram com tanta maestria que fico tímido na hora de aqui chegar. Gostaria de falar alguns pontos que vimos aqui, como o exemplo de descer a avenida e ter de apertar o controle remoto. Não seria diferente se fosse uma residência. Se fosse uma residência eu teria de parar na porta para descarregar algo rápido. Seria até mais prejudicial. Não é isso que queremos discutir. Queremos discutir o convívio pacífico, o convívio bom. O que é bom para o bolsão é bom para a Alvarenga também. Precisamos ter o bolsão bonito, bacana. É uma área residencial de São Paulo, uma das poucas, dentro de uma área urbana que é conservada. Eu passo por dentro de carro. Adoro passar lá. Se tivesse oportunidade compraria um imóvel lá.

Respondendo à questão que o Sr. Carlos falou, comprei o imóvel na Alvarenga. Sou comerciante e proprietário. Não tem só comerciante de aluguel lá. Então, quando o senhor falou de uma grande potência, obrigado, sinto-me lisonjeado. Gostaria de participar mais de coisas positivas para o bolsão.

Quando se discute aqui o bolsão em Alvarenga, eu não vi... pode ser que eu esteja enganado, mas nenhum de vocês mora na Alvarenga, como já foi falado aqui. Então eu penso o seguinte: nós estamos falando de bolsão em Alvarenga. Por que a gente não vê onde a



gente permitiria que o tráfego fosse de dentro do bolsão para a Alvarenga e não da Alvarenga para o bolsão? Construiria cancelas, jardins, o próprio comércio ajudaria a fazer isso. É uma situação, entendeu, de a gente se unir e... pô, esse bairro nós vamos proteger, porque nós estamos lá. Nós não vamos construir um shopping como foi falado, não é essa a nossa intenção. A nossa intenção não é construir prédio, a nossa intenção é ter um comércio que atenda às necessidades. Ou seja, lá já estava estabelecido um tipo de comércio, que toda a sociedade conhece aquele tipo de comércio. “Enes” moradores vêm de outros bairros até lá para comprar uma porta, uma janela. É conceituado como uma franquía de venda desse tipo de serviço e produto. Então, o que nós estamos pedindo é a legalidade para uma situação comercial. Com relação à restrição de trânsito, a Subprefeitura pode estar estabelecendo com a CET locais, colocando Zona Azul para que não se estacione carro na frente das casas, entendeu? São coisas que são feitas para bloquear. Com relação a uma via para poder se andar a hora que despejar o nosso metrô lá mais de tantas “mil pessoas vai estar desembarcando” lá e andar e tal, de bicicleta... são “empracado oitocentos carro” em São Paulo. É uma situação irreversível. São Paulo “empraca” oitocentos carros. Como que nós vamos pegar uma via e falar “Não, a gente vai fazer aqui só para andar agora pedestre”, uma via que liga a Marginal à Raposo? Então, o discurso para nós está claro, nós estamos falando de uma via. Agora, a pergunta que eu deixo é... Eu não estou em lado oposto, ou um de um lado, um do outro. Eu estou a favor do bairro, até comprei um imóvel lá, gente! Eu não posso ser contra o bairro. Eu não quero deteriorar, eu quero melhorar. Eu quero saber o que eu, este cidadão, posso fazer para melhorar o bairro, entendeu? Então, é só isso que eu gostaria de colocar. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Obrigado. Ele era o último inscrito. Se houver alguém que queira fazer alguma manifestação, por favor. (Pausa) Por favor. Qual é o seu nome?

O SR. MÁRCIO BEQUER - Meu nome é Márcio Bequer, eu tenho uma escola de



idiomas na Rua Alvarenga próximo ao portão principal da Universidade de São Paulo. Eu vim para São Paulo quando tinha 18 anos, para estudar na Universidade de São Paulo e conheço o Alvarenga desde então. Desde que eu me formei, comecei a trabalhar na Rua Alvarenga e estou lá desde então. Isso significa 1994. Eu sou professor de idiomas, dou aula de inglês, alemão, espanhol, francês, italiano, russo, chinês para as pessoas que estudam na Universidade, a maioria estudante de pós-graduação. Encontrei o imóvel onde eu estou em 2001, completamente destruído, abandonado, parecia um depósito. Nesse momento, do lado esquerdo, o vizinho... acabaram de "atuar" uma casa de prostituição. Eu entrei nesse imóvel quando eu fui procurar o meu, eu entrei e vi as condições que as pessoas trabalhavam nesse imóvel. Essa casa ficou abandonada mais ou menos uns dois, três anos, me deu muito problema porque ela era constantemente invadida, eu tinha que interferir. Eu tive que fazer uma assembléia igual a essa com os profissionais de sexo que trabalham na... trabalhavam na Alvarenga, faziam programa na frente da casa onde eu estava. Tive que conversar educadamente com todos e entrar num acordo para poder ter o meu estabelecimento funcionando naquele local. Para poder entrar nessa casa eu gastei o que eu tinha e o que eu não tinha - na verdade, não tinha -, para reformar a casa e deixar numa condição decente, porque o proprietário não ia conseguir alugar. Então, assim, na condição de estudante recém formado etc., eu tive que ter a coragem de pegar aquele imóvel, porque ele mesmo não tinha condições de fazê-lo. Tenho orgulho da coragem que eu tive. Hoje eu tenho uma escola conceituada já há oito anos. São poucas pessoas que estudam lá, é uma escola de elite, não é para qualquer pessoa. Tenho mais professores trabalhando na escola hoje do que alunos particularmente. Eles chegam até lá de carro, tem um estacionamento para 40 vagas, nunca uso vinte. Normalmente de manhã tem vinte pessoas estudando, às 18h, ontem, tinha duas professoras da USP fazendo aula, ninguém mais compareceu, e na parte da noite normalmente trinta pessoas. Então, assim, o depoimento que eu quero fazer é o seguinte: aqui nós estamos discutindo lei, legalização, etc. São oito anos investidos no meu projeto, é um



projeto difícil de levar a cabo. Eu tenho hoje uma escola conceituada, posso mudar de local, posso ir para outro local. Vários dos meus alunos foram consultados, consultei todos, inclusive pessoas que moram na região, moram no bolsão, são ex-alunos. Essas pessoas me falaram: "Mas o ponto é bom. Qual é o problema? Nós estamos incomodando quem?" Eles vão normalmente até a banca de jornais da esquina, comprar um salgadinho, comprar um refrigerante, tem um intervalo, voltam para estudar, dificilmente... alguns executivos têm carro, os estudantes da USP não têm, eles vêm a pé, de bicicleta ou de ônibus. Meu maior problema de estacionamento é com bicicletas. Então, o que eu peço? Eu quero pedir o direito de poder argumentar com todos. Eu também quero morar no bolsão, eu também quero árvores, eu não quero que cortem as árvores, eu não quero enchente na esquina, porque os meus alunos às vezes pedem para eu ir buscá-los de bote; eu também não quero sujeira e não quero prostituição na rua. É só isso. Então, eu me senti hoje excluído, assim como muitos devem ter sentido. E estou argumentando porque eu sou único no que eu faço. A minha profissão eu faço das sete da manhã até as dez horas da noite. Eu tive que cancelar a minha aula hoje, porque só eu dou a aula que eu posso dar. Cancelei com eles porque importante para eles também. Poderia ter trazido várias pessoas aqui hoje da Universidade de São Paulo que iriam argumentar com vocês também, porque para eles também é conveniente, no portão da USP, eu não posso mudar para a Pedroso de Moraes. Eu consultei todas as possibilidades que eu tinha. Nem a Vital Brasil, eu já comecei o meu negócio na Vital Brasil, não funciona. Ainda hoje é complicado.

O tremor que aconteceu há dois dias, eu estava sentado no meu computador e me perguntaram se eu senti. Eu falei que não porque aqui treme constantemente, as portas, as vidraças. Se tremeu, não sei, aqui treme sempre, já estou acostumado com o tremor.

A minha proposta é: vamos conversar, vamos ver cada caso, vamos analisar cada pessoa. Eu não tenho só a minha filha para sustentar, eu tenho professores que dependem dos seus salários e pessoas que tenho de preparar para daqui a seis meses estarem na Alemanha,



nos Estados Unidos, no exterior, falando e escrevendo com competência.

O que estou percebendo é que criamos uma animosidade e ninguém me conhece. Eu não quero entrar em conflito com ninguém, aliás, se eu estiver incomodando, por favor, me avisem. Eu tive problemas constantemente, desde que entrei lá em 2001, tentei sensibilizar e conversar com as pessoas que estão na rua, que estavam atrapalhando, que deixavam dejetos na frente do meu estabelecimento de manhã. Eu tinha de levantar mais cedo e pedir para a minha faxineira limpar e não eram agradáveis.

É isso que estou propondo. Por que eu tenho de ser criminoso ou vítima ou acusado de uma situação que não é minha intenção. A minha intenção é continuar prestando o meu serviço com a qualidade e competência e conseguir conquistar o renome que a minha escola quer ter e pretende ter. Se possível, quero ter dez estabelecimentos em São Paulo, legalizados, trabalhando de acordo com a lei, sem prejudicar ninguém. Se Deus quiser, eu vou morar vizinho de vocês, porque eu também vou comprar uma casa ali, eu gosto daquele local, eu me apaixonei por São Paulo, eu sou catarinense e hoje sou paulistano, eu quero morar ali também. Eu quero aquelas árvores, aquele ambiente do jeito que estavam ou até melhor. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Quero que o senhor se identifique também para ficar registrado nas notas taquigráficas.

O SR. VISGO ZEBLUM – Moro no bairro há 30 anos, aquela beleza que todos falam que ali existe, existe mesmo, tem de ser preservada a qualquer custo. O que vale é o comportamento de gente civilizada, como vocês todos falaram.

Eu estou surpreso com a boa vontade de alguns representantes aqui em fazer um contato mais profundo para tentar resolver de outra forma e que também não precisa chegar a esse ponto que chegou.

É surpresa, representantes como a Regatta, que passo sempre em frente, e outras empresas que estão interessadas, e daqueles que têm a casa deteriorada, mas têm de ter boa



vontade de ver que não é só aquele que existe.

Já conversei com o Vereador em outra oportunidade, falei que tem um escritório de arquitetura famosíssimo na Alvarenga, lindíssimo, que se propõe até em fazer uma comunicação visual para a avenida de forma que se torne uma avenida vista com outros olhos, o lado positivo desse nosso encontro.

As outras, gostaria de fazer algumas colocações técnicas rapidamente, essa história de 250 metros quadrados e a casa tem estacionamento não funciona porque temos uma empresa de segurança, por exemplo, que tem muitos funcionários que estacionam em todas as ruas, eles têm direito em fazer isso, mas é muito desagradável para quem quer ver aquele bairro preservado, mas o direito existe. Então aquela empresa de segurança usa as ruas como estacionamento e a zona azul seria um pouco difícil de aceitar. Qualquer urbanista, no sentido técnico diria que quando existe um bairro desse, os lindeiros, tem de fazer uma faixa de transição, não pode ter prédio, pode ter prestação de serviço.

E por último, sobre o consumo daquelas empresas que estariam na Alvarenga, como foi dito a bonboniere ou coisa desse tipo, os moradores, são 450 residências, não têm interesse em mais mercado ou bonboniere ou quitanda. Estou falando dos moradores, tem a Vital Brasil, os mercados, as empresas, as quitandas, a parte elétrica, tudo disponível e tem a Praça Panamericana para quem quiser. Se os moradores que habitam lá não têm interesse em consumir da Alvarenga, os consumidores da Alvarenga têm de ser outro tipo de gente, ou as empresas que se instalem devem ser outras.

Então, esses dados são importantes para serem levados em consideração. Não estou deixando nenhum tipo de discussão, mas algumas colocações feitas como o urbanista disse que não funciona. Se formos nos ater à verdade, à parte eficiente que funciona bem, a solução vai aparecer. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Por favor, identifique-se para ficar registrado.



A SRA. MÁRCIA VAIOLETTI – Sou Assec, Associação de Segurança e Cidadania. Eu estou fazendo essa solicitação a pedido do Secretário. O senhor apresentou esse quadro em que dá o que somos hoje, a ZCL1, que o senhor está propondo, que seria o acréscimo de algumas atividades; a proposta dos moradores que para nós tem alguma coisa que está faltando e a última proposta que se o senhor pudesse disponibilizar isso para as associações, porque acho que carece um pouco mais o estudo entre a sua proposta de ZCL1 e o que é hoje contemplado e os acréscimos que são apresentados. Se o senhor puder disponibilizar, a gente agradece. Não precisa toda a sua apresentação, mas esse quadro que caracteriza de forma muito clara quem é que está propondo alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Eu já tinha falado anteriormente que ia disponibilizar no meu site, na Internet. Peço desculpas porque chamei a atenção porque não colocaram mais cartas dos demais membros. Eu perguntei se alguém mais tinha enviado, enviaram e não colocaram. Eu gostaria que tivessem colocado, coloquem, por favor. Eu sou imparcial, eu estou como juiz, eu não sou nem de um lado e nem do outro. Eu sou a favor que vocês cheguem a um entendimento. Acho que vocês tiveram várias oportunidades de entendimento e, até o momento, não se conseguiu chegar a um consenso. Todos perdem com isso. Quero até dizer que se nós conseguirmos chegar a um entendimento até nesse momento tenho condições de ajudar inclusive a reurbanizar a Alvarenga agora, neste momento. Mas eu preciso do consenso de vocês, senão eu fico, também, de mãos atadas. É isso que eu peço. Aqui sou um representante hoje. Em janeiro não sei se estarei mais aqui. Estou tentando fazer o meu papel de representante da população e de morador da região que sou.

A SRA. _____ - Gostaria de fazer uma correção, acho importante, ali no slide a zona é ZCLz - é uma zona centralizada e linear em zona exclusivamente residencial. Isso parece bobagem mas não é. Pode causar problemas depois porque existe uma ZCL como outra zona, que dá possibilidades muito maiores. Então, é uma ZCLz. Por estar lindeira ou no interior de uma zona exclusivamente residencial ela permite esses serviços ou



atividades de comércio de baixa incomodidade. Aí uma sugestão, se me permitem, de também acrescentar nesse quadro a proposta que a subprefeitura formulou no momento do processo de mediação de conflitos.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Eu pedi mas não recebi. Até estive na subprefeitura esta semana pedindo que me enviassem e não recebi.

A SRA. _____ - Porque é um misto disso. Talvez o material... não veio? É, temos lá.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Por favor, se puder encaminhar eu agradeço.

- Apartes fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Se você puder disponibilizar no *site* ainda hoje colocaremos no *site* com a proposta da Subprefeitura. Acho que é importante.

A SRA. _____ - Na verdade, naquele momento, tínhamos um desenho para Alvarenga. Pensávamos nesse sentido, como eu falei, junto com esse processo de re-qualificação urbana que estamos colocando agora.

O SR. ALEXANDRE MARTINS PINHO - Bom dia, sou advogado e defendo alguns dos comerciantes daqui. O meu comentário é mais com o pessoal da Subprefeitura. Acho maravilhoso o que aconteceu. Não imaginava um dia participar de algo tão interessante e tão democrático. Só que enquanto discutíamos aqui quem é do comércio conhece o Sr. Eugênio, que é o fiscal, que todo o mês bate cartão no comércio dando multas de quatro mil reais. A discussão aqui pode se alongar até o final do ano porque o Sr. Eugênio está lá, todo o mês 4 mil e alguma coisa! Eu não consigo mandado de segurança. Já tentei e está difícil. A Subprefeitura está demonstrando uma tremenda boa vontade em nos receber mas o comércio não dura até o final do ano. Com 4.800 reais por mês, aluguel e funcionário não duram mais três meses. Então, de repente, seria interessante o ...(inaudível)... repensar um pouquinho nisso. Estamos tentando chegar a um acordo. Vamos dar uma maneirada. O Eugênio já amigo



de todo o mundo. Daqui a pouco vai tomar café no escritório.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - O senhor me desculpe, o senhor como advogado e eu como representante da população e vereador, esse tipo de proposta que o senhor faz, para nós, não serve. Nós somos legalistas. Gostamos do cumprimento da lei. Então...

O SR. ALEXANDRE MARTINS PINHO - Nós estamos discutindo uma solução que vai durar meses...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - O senhor me desculpe...

O SR. ALEXANDRE MARTINS PINHO - Não vamos chegar...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Eu sei. Eu respeito todas as opiniões. Sou legalista e sou mesmo! Então, tem de tomar muito cuidado com esse pedido que o senhor fez. O senhor está pedindo para ele prevaricar. A multa faz parte da legislação. Com todo o respeito espero que todos os senhores compreendam. Não tenho nada contra os senhores ou contra os senhores. Estou tentando chegar a uma situação de consenso. O que espero é que, como vocês não chegaram nessa mediação a um bom entendimento, que nós, neste momento tenhamos oportunidade e possamos chegar. Se não chegarmos ou eu terei de tomar uma decisão, e eu não gostaria, aí vai a minha consciência. Olhem, não estou preocupado com eleições, podem ficar tranquilos. Estou preocupado com a minha consciência. Então, quero deixar bem claro isso para os senhores. Gostaria que vocês chegassem a um entendimento. Seria muito mais fácil para nós e até para os senhores, até para um convívio harmonioso. Se vocês chegarem a um consenso rapidamente tenho condições neste momento - sou o vereador que mais recursos manda para o Butantã, mandei três milhões que ainda não foram usados, posso usar na Rua Alvarenga, na reurbanização da Rua Alvarenga. Só que preciso do entendimento dos senhores e das senhoras. Se não houver esse entendimento não posso fazer nada. Não vou investir nada, claro que não. Estou pedindo isso. Olha, com humildade, que vocês cheguem a um entendimento. Seria importantíssimo para nossa região, para os



senhores que moram na região seria maravilhoso. Haveria uma reurbanização da avenida. Para os comerciantes que lá estão, seria importante. Logicamente que há as limitações. O que houver limitação, o que estiver na lei, não posso ultrapassar. Não posso infringir a lei. Estamos propondo isso. A Solange me disse, inclusive, uma coisa melhor ainda. Se vocês chegarem a um entendimento, podem ver na mediação final, uma característica única da Rua Alvarenga. Seria melhor ainda, não precisaríamos seguir a lei do Plano Diretor. A Lei do Alinhamento. Puxa vida, temos essa oportunidade, vamos ter bom senso, humildade, ceder. Se não ceder não se chega a lugar algum. O ganha-ganha tem de ser dos dois lados, dos dois interessados. Entendo dessa forma. Falo do coração mesmo porque vejo que todos estão agoniados e não chegam a um entendimento. Há quanto tempo está esta mediação, Solange? Agosto? Julho. E não se chegou a lugar algum. Está parado. A minha idéia foi entrar com este projeto de lei para trazer a discussão para a Câmara Municipal. Engana-se quem falou que tem de ser lá. Tem de ser aqui. Aqui é a Casa de Lei da cidade de São Paulo. É aqui que se pode debater e resolver isso. Já que não se chegou a um entendimento. Mas se chegar a um entendimento lá e vocês trouxerem uma proposta vou seguir o que vocês entenderem. Agora, tem de haver boa vontade das partes. Entendo desta forma. O senhor me desculpe mas eu sou legalista. O senhor fez uma proposta que aqui, para nós, não cai bem! Da mesma forma a do balcão, é pior. Essa é absurda para nós, como vereadores. Desculpe.

O SR. ALEXANDRE MARTINS PINHO - Estamos desde julho discutindo isso. Até o final do ano não tem mais discussão, não tem mais comércio. Só lhe peço, então, vamos sentar todos novamente e tentar chegar a um denominador comum.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Vamos aproveitar. Estamos aqui, reunidos. Por favor. Desculpe. Está aí, um quadro. O comércio é de baixa incomodidade. Eu também sou contrário que venho um supermercado lá. Vai acabar com a Rua Alvarenga. Sei porque sofro na Francisco Morato por conta do Sacolão Vila Sônia, que estamos tentando mudar a entrada para toda a Francisco Morato. Vai acontecer isso também na Rua Alvarenga se vier um

comércio de impacto de pólo gerador de tráfego. Logicamente temos de pensar nisso também. Mas o que lá existe não sei se interfere ou não interfere. Dentro desse quadro que aí existe isso é impossível? É a proposta que tem aqui. Isso é uma coisa absurda?

- Apartes fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - É isso que eu quero que vocês entendam. Segunda parte: comércio de alimentação sem consumo legal. Daí eu me comprometo também, como fiscalizador - e está aqui a Subprefeitura com representante - está ali: comércio de alimentação sem consumo local. Sem consumo local não pode ter consumo local. Deixei de locar o meu imóvel que eu tenho na Eliseu de Almeida porque não pode também, para uma padaria. E eu entendi. Está certo. Sou legalista. Não pode, não pode. Tem jeitinho? Não tem jeitinho! A lei é essa. Pode isso, isso e isso. Não tem jeitinho. Temos de fazer algo que não tem jeitinho. Cumpra-se a lei, cumpram-se as regras. E eu serei o primeiro fiscalizador. Se houver alguma coisa fora do que chegarmos ao entendimento vou lá e tentaremos, da forma possível e legal, interferir na mudança do comércio, no não fechamento. É isso que estamos propondo.

O SR. JACKSON - Gostaria de perguntar. Como comerciante, na verdade, não temos nada. Então, qualquer coisa que se apresente naquela tabela para a gente é algo. Acho que seria proposto, vocês falassem para a gente o que não é interessante para o bolsão dentro da tabela proposta pelo nobre Vereador. Penso que seria viável aproveitarmos esse momento para discutirmos esses detalhes. Não sei se há essa possibilidade. Para o comércio qualquer coisa que se sinalizar é alguma coisa. Não temos nada. Nossas lojas estão fechadas. E não vamos fazer apelo sentimental que temos família e uma série de coisas. Isso todo o mundo sabe. Precisamos que vocês analisassem a tabela e mostrassem para a gente: "isso é interessante, Aurélio, mas isso não é interessante. Vamos discutir esse ponto melhor, vamos liberar isso aqui mas vamos colocar algumas restrições, densidade de carro, alguma coisa do tipo". Precisamos achar uma solução. Precisamos disso, gente. Precisamos ter tranquilidade para vocês não serem incomodados em uma terça-feira, como foi falado, em vir até aqui. Com



relação à maioria ou minoria, desculpe, nosso país é governado não pela maioria e sim por uma limitação. Nesta Casa também o regimento não é pela maioria, é por uma limitação de votos. Mesmo 50 contra um não faz diferença.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - O Aldenir, representante da Subprefeitura, quer fazer uso da palavra.

O SR. ALDENIR - Quero fazer um esclarecimento com relação à fiscalização. Um dos artigos da lei diz exatamente isso: são multas mensais. A multa é mensal até que a empresa se manifeste e informe que encerrou as atividades. Ela é quase que automática então, se bater o cartão do agente vistor lá ele está cumprindo efetivamente a obrigação dele. Quero lembrar, mais uma vez, nesse tempo que convivemos, estava vendo que a primeira audiência aqui foi no dia 31 de maio. Acabamos, apesar até deste antagonismo entre as partes e das interferências da Subprefeitura, sempre procuramos, a Subprefeitura sempre procurou manter a maior isenção, tanto da parte do subprefeito quanto da parte dos técnicos. Vocês que acompanharam as reuniões da mediação também puderam perceber que houve um envolvimento dos próprios servidores, dos próprios funcionários, até os estagiários da supervisão de planejamento, vocês perceberam que eles gostaram muito de apresentar aquela proposta. Todo o mundo procurando remar na mesma situação. Então, queria reiterar esta disposição da Subprefeitura não só oficialmente em nome do subprefeito de a subprefeitura estar sempre lá à disposição para qualquer tentativa, para o fornecimento de qualquer material técnico, de qualquer esclarecimento, tudo isso, mas os próprios servidores que acabaram se envolvendo, que acabaram até criando até amizade com o pessoal de todas as partes. E continuarmos tentando. Esta é, na prática, a terceira oportunidade que estamos tendo, que vocês estão tendo de fazer esta alteração na Rua Alvarenga. Já houve a oportunidade da revisão do Plano Diretor que, até por uma orientação de Sempla, acabou chegando no caminho que ninguém quisesse. Foi uma orientação para a cidade toda. Houve a oportunidade da mediação de conflito, oficialmente, seguindo um decreto, com toda a formalidade, com a



necessidade da presença do Subprefeito. Agora temos a oportunidade de um projeto de lei. É uma terceira oportunidade.

Então, não vamos deixar passar. Independente disso, a subprefeitura, os funcionários da subprefeitura, a Solange, toda sua equipe, o pessoal da CPDU está à disposição no que for possível, na hora que for necessário, vamos dar todas as informações e tentar orientar. Vamos tentar chegar num acordo em que todo mundo ganha, como diz o Vereador. Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Só se identifique, por favor, para ficar registrado.

O SR. RICARDO BARCELOS CORREIA - Sou morador do bolsão, sou da Câmara Nacional de Mediação e Arbitragem. Acho que a reunião foi muito boa e o objetivo de uma câmara de mediação é sempre o seguinte: não tem vencedores e nem vencidos.

Acho que poderíamos propor uma reunião ou na subprefeitura ou na câmara para acertarmos tudo isso. Quanto mais tempo demorar, mais multa vai ter. Então, vamos marcar uma data para fazer essa reunião, aproveitando a boa vontade da subprefeitura e do Vereador Aurélio Miguel.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – A Câmara Municipal está aberta, qualquer horário, o horário que vocês desejarem. Nós vamos registrar tudo, ata são as notas taquigráficas, é melhor, porque fica tudo registrado. Aqui está tudo registrado nas notas taquigráficas. É tudo gravado. Da minha parte não tem problema algum.

(NÃO IDENTIFICADO) – Não tem nenhum problema de fazer essa gravação. A transparência da subprefeitura a D. Márcia Vairoletti sabe. Nós somos transparentes em confessar as nossas dificuldades. Não tem nenhum problema de gravar. Fazer a transcrição da ata é uma coisa mais complicada.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Por isso que falo para fazer aqui, porque o material fica impresso. Vocês decidem, a maioria. Do jeito que vocês fizerem para mim está



bom. Chegando a um entendimento, é isso que interessa. Isso é mais importante, onde vai ser tanto faz.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – O prazo? A minha preocupação sempre foi no sentido de que havia a possibilidade de mudança no plano diretor. Vocês não chegaram a um entendimento. Às vezes, vem de cima para baixo cada absurdo, eu sou testemunha disso, há pessoas que fazem nas suas mesas e esquecem de ir a campo ver o que está acontecendo.

Então, a idéia é chegar a um entendimento e fazer algo que as pessoas envolvidas gostariam que acontecesse. Essa era a idéia, porque senão acaba fugindo do nosso controle. A minha proposta é essa.

O SR. CLAUS PETERS – Eu não sei se é hora e local de fazer esse pleito, mas vi no slide anterior a esse onde existe uma proposta de atividades comerciais e onde o comércio se restringe a móveis, tecidos e não tem nenhuma categoria que contemplaria a regularização da atividade da Regatta. Não sei se seria a hora de fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Eu falei anteriormente que se vocês chegarem a um entendimento, a própria Solange lembrou isso, pode ser de acordo com entendimento de vocês, o ideal. É por isso que peço que cheguem a um entendimento, que todo mundo saia ganhando, como disse o representante da Câmara de Mediação. Alguém tem algo contra a Regatta? Atrapalha?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Mas pode chegar a um entendimento.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Está sendo feito um levantamento. Fizemos fotos e o que existe lá? Estamos levantando o IPTU, tem de ir na quadra fiscal, ver o que tem ou não na Prefeitura. Lá tem Casa dos Bandeirantes, galpão de madeira fechado,



garagem de guincho, borracheiro, terrenos vazios, arquiteto Caldevo Martins, Greenpeace, estacionamento, Copeseg, Cor Vida, Bonsai Okuda, Fipecaf, sem identificação, Regatta, posto Esso, SUS, sem identificação, estacionamento, centro escola fechado, Itaú Seguros, Escritório Albatroz, Esquadrias Girassol, musculação na Alvarenga 1584, stand de tiro, escola Ponto de Partida, mega trio, esquadria Girassol, sem identificação, restaurante, madeireira Sultan, Super Med, Isa Implantes, Droga Raia, buffet.

Estamos fazendo um levantamento e vamos também observar o quanto a Prefeitura perde com isso, quantas pessoas estão inadimplentes no seu IPTU? Assim que ele concluir o trabalho, vamos disponibilizar também os IPTU em atraso. É importante isso. O nosso objetivo é esse, o maior número de informações possíveis. Por favor, identifique-se.

O SR. MÁRIO IROSHI – Sou da Tocco Móveis. Como falei é óbvio, o que está lá, está. Se não teria uma maneira de transformar totalmente em zona comercial, pelo menos, anistiar os que estão lá e que permaneçam. Os que não estão, que não entrem mais. Uma forma assim, por parte da fiscalização. É possível? Os que estão lá, acho que não estão incomodando os moradores. Estão?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Se houver entendimento na mediação, há possibilidade. Se não, baixa-se uma lei e já legaliza, o que está lá, está lá. Não tem o que fazer. Essa é a idéia.

O SR. MÁRIO IROSHI – É uma observação, é o bom senso.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Espero que vocês cheguem a um entendimento. Vou me esforçar ao máximo para que isso ocorra. Vamos ter a segunda audiência pública.

A SRA. ELAINE RIBEIRO – Tenho restaurante na rua Alvarenga 1495, o qual precisa de reformas, mas até agora não conseguimos porque sem o alvará eu não posso investir mais de 40 mil reais num local onde não tenho certeza de que vou ficar.



Não sei se vocês conhecem o bairro da Vila Olímpia, onde era a antiga Tom Brasil. Tem a rua Quatá, que é residencial; a rua Olimpíadas, que é residencial; Fidêncio Ramos, extremamente comercial; tem a rua do Rócio, extremamente comercial; e as ruas residenciais como a rua Helena, são acessos para essas avenidas e as pessoas usam para estacionamento. Foi feita pela prefeitura uma urbanização, foram feitos melhoramentos e nenhum comércio teve de sair de lá.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. ELAINE RIBEIRO - O que estou querendo dizer é que...

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. ELAINE RIBEIRO – Mas há casos, porque ando a pé lá. O que quero dizer é que vocês estão pensando só no benefício de vocês. O que é legal é ilegal. Qual é o problema de uma madeireira estar lá? A sua porta quebra e você simplesmente manda entregar, ela simplesmente atravessa a rua e compra uma maçaneta. Qual é o problema dos moradores fazerem fisioterapia? Ou vocês levarem seus filhos para fazer natação? Qual é o problema do delegado do Denarc almoçar no restaurante, porque ele só tem 15 minutos, porque ele tem problemas para resolver. Ou o professor que tem 15 minutos de lanche para voltar e dar aula de inglês para seus alunos? Os estabelecimentos não fazem barulho noturno, após às 18h, é feita uma iluminação. Por que fazer zona azul? Porque Ibirapuera, as ruas de acesso são proibidas de estacionar. Tem zona azul e agora está sendo feito estacionamentos para comportar acesso ao Parque do Ibirapuera.

Acho que podemos deixar os comércios lá e mantendo que o comércio vai ter de reformar a sua frente, vai ter de arrumar a calçada e não vai poder estacionar nas ruas de acesso, que é onde ficam as residências. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Por favor.

O SR. CHANG – Só vou complementar o que ela falou. Tenho observado que a maioria dos carros estacionados nas ruas de bolsões, são comerciantes da Vital Brasil ou são



Relatório nº 52
nº 01-815
Assinado: [assinatura]

peessoas que trabalham no Denarc ou pessoal da academia. Se fechar o comércio na Alvarenga, vai continuar a ter carro estacionado no bolsão.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Nós podemos tentar em relação ao estacionamento, acho que vocês já conseguiram várias melhorias em relação ao fluxo de veículos. Tentar ver algo como não permitir o estacionamento, então a gente pode tentar ajudar. Se for essa a preocupação, podemos tentar ajudar. Espero que cheguem num entendimento.

O SR. CARLOS VANQUE – Eu gostaria que nós, moradores e a parte proprietária na rua Alvarenga, pudéssemos chegar a um acordo, mas às vezes é difícil porque os interesses são muito diferentes. Hoje, a zona residencial, o quarteirão próximo à rua Alvarenga já sofre uma degradação da Vital Brasil até a Marginal, realmente com estacionamento, porque infelizmente algumas atividades não têm estacionamento para os funcionários ou clientes e também tem o problema de circulação. Foi falado há pouco do Denarc, que é outro câncer que temos perto da Vital Brasil. Os moradores eram muito satisfeitos com o Denarc, porque descem a rua a 200 por hora, já teve briga, bate-boca, já teve polícia militar para resolver problema de conflito entre o pessoal do Denarc e morador.

A proposta dos moradores para negociar, eles têm de recuar tudo, tem de liberar tudo, só morador recua? O outro, por mais ou menos que o morador recue, sempre vão estar ganhando mais. Esse seria um dos pontos.

Outro ponto não gostaria de transformar num problema pessoal entre a gente e vocês. Tem algumas lojas que sabemos que se comportam direito. A Regatta, não tenho muita queixa, só daquele amuleto que instalou na Teixeira, para alimentar os seus funcionários, que tem muita queixa. A Regatta em si não atrapalha, mas se fizer outro, talvez tenha dono da empresa diferente e pode começar a atrapalhar. E aí a coisa pega, porque já tivemos *showroom*. Se for daquela empresa que está no interior que monta o *showroom* e só vende no atacado, não vai nos afetar, mas o que vimos não era isso. Era igual aquele da Cidade Jardim,



onde o indivíduo faz uma loja, vende, entrega e usa a nota fiscal com outro endereço. Isso não é *showroom*. Todo *showroom* que tivemos na Alvarenga era assim, no tempo em que *showroom* era permitido. Por isso que tivemos de lutar para tirar *showroom*. Nós não somos contra o *showroom* verdadeiro, mas contra esse falso que os caras instalam.

Você me desculpe Claus. A sua loja... Você está comportando direito. Mas pode um outro instalar lá e falar: Dane-se os moradores. A lei não pode ser personalizada em função do empresário. O caso daquela senhora que quer reformar o restaurante. Restaurante é complicado ali. Restaurante funciona o pico. Hoje atende o DENAC. Mas se chegar gente que não vem pé, só não tem uma vaguinha de estacionamento lá.

- Apartes fora do microfone.

(NÃO IDENTIFICADO) - Não vamos entrar nesse problema pessoal. Temos de ficar na parte lógica. Estamos dispostos a nos reunir com vocês. Pode ser na Prefeitura do Município de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - O senhor disse. As posições são muito longe e muito distintas. Nesse sentido que foi tentado o acordo da mediação. Quando você vai no Tribunal, quando está muito diferente as propostas, e aí não pe consensual é litigioso. Então é ruim isso. É isso que peço para todos vocês. Vamos tentar um acordo. Porque senão pode se expressar em forma de lei, o próprio Executivo pode vir com uma proposta que não é de interesse de nenhum dos dois lados. É ruim para todos. Então acho ser importante que vocês tentem chegar a um entendimento.

- Assume a presidência o Sr. Russomanno.

O SR. PRESIDENTE (Russomanno) - Há mais alguém que gostaria de se manifestar? (Pausa) Não havendo mais nenhuma consideração a respeito do presente projeto de lei, agradeço a presença de todos. Declaro encerrada a presente audiência pública.

Pedido de vistas em virtude de ausência

Netinho

detendo-se a vista em virtude de 14 / 05 / 08

Obs: o prazo para a entrega é de 2 dias, nos termos do § 4º, artigo 5º do Lei 1.

25/11/08

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
Segundaria (interdição de exercício de função pública) (interdição)
sob nº 54a 84 e folha de justificativa nº 02/12/08

SOLANGE RAINDA DE LIMA
R.F. 12.111
Secretária



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

Folha nº 54 do proc.
nº 01 - 815 de 26 07
Selenge Raimundo dos Santos
RP 12301

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

PRESIDENTE: JOÃO ANTONIO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 25 de novembro de 2008

OBSERVAÇÕES:

- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone



O SR. PRESIDENTE (João Antônio) – Senhores e senhoras, quero anunciar as presenças dos nobres Vereadores Aurélio Miguel, que é autor da propositura e a quem quero convidar para fazer parte da Mesa, e Ademir da Guia.

Trata-se de uma audiência pública para analisarmos, avaliarmos e discutirmos um projeto de lei de autoria do Vereador Aurélio Miguel e que dispõe sobre alteração de zoneamento na rua Alvarenga, Subprefeitura do Butantã, e dá outras providências.

Na realidade este projeto já foi protocolado há algum tempo e está na Comissão de Constituição e Justiça. Para aqueles que não estão familiarizados com a vida interna do Legislativo, a Comissão de Constituição e Justiça não é uma comissão de mérito, portanto, não vamos analisar na Comissão de Constituição e Justiça o mérito da propositura. Na Comissão de Constituição e Justiça nós analisamos o que chamamos no direito de controle preventivo de constitucionalidade, o que nós analisamos é a legalidade ou a inconstitucionalidade da iniciativa do projeto de lei. Para nós a análise passa apenas por dizer se o projeto é ilegal, inconstitucional e assim faremos nomeando um relator para a matéria que em breve sairá da Comissão de Constituição e Justiça e aí sim ela vai para outras comissões de mérito. Com certeza a primeira comissão de mérito a analisar este projeto será a Comissão de Política Urbana.

O motivo do relativo atraso na tramitação desse projeto foi o pedido de vistas por parte do Governo. O Líder do Governo nesta Casa regimentalmente pediu vistas para melhor análise e devolveu recentemente esta matéria para a Comissão de Constituição e Justiça e nós providenciamos a primeira audiência pública há um mês, mês e meio, e agora estamos realizando a segunda audiência pública que, aliás, esclareço a todos e a todas, a audiência pública no caso de zoneamento é uma obrigatoriedade, ou seja, temos que fazer pelo menos duas audiências públicas.

Esclarecida essa primeira parte da reunião para que todos entendam, quero aqui comunicar a todos e a todas que a palavra na audiência pública está aberta aos interessados



que poderão se inscrever aqui com a nossa Secretária Solange.

Estão presentes nesta audiência pública, os Srs. Audenir Antonio Brunelli, da Subprefeitura do Butantã, a quem convido para compor a Mesa; Roberto Molina, da Siurb; Ricardo de Oliveira Lais, da CET.

Passo a palavra, como é costume na Comissão de Constituição e Justiça, ao proponente da matéria, Vereador Aurélio Miguel.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Sr. Presidente, João Antonio; Vereadores Ademir da Guia, Paulo Frange; pessoas que estão prestigiando a audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (João Antônio) – Gostaria de anunciar a presença do Vereador Paulo Frange, nosso amigo do PTB.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Sr. Audenir Brunelli, da subprefeitura do Butantã; Roberto Molina, representando o Secretário da Infra-Estrutura Urbana; Marcelo Blanco e Ricardo Oliveira, representando o CET.

Na verdade, o objetivo deste projeto é justamente a mudança de zoneamento com baixa incomodidade, não traz prejuízo nenhum para a região e faz justiça ao que ocorre em relação a vários imóveis abandonados. Já houve uma audiência pública, esta é a segunda.

Na subprefeitura houve uma intermediação, onde não chegaram a uma conclusão, não houve entendimento, por isso foi proposto este projeto de lei para que se fizesse justiça. No decorrer da proposta do projeto, houve a intervenção do Executivo em relação a alguns projetos. Primeiro, a desapropriação de parte do lado esquerdo da rua Alvarenga, do lado direito de quem vem da Marginal no sentido Vital Brasil e com isso talvez descaracterizasse até o próprio projeto. Seria uma via expressa e teríamos de mudar o projeto.

A Siurb, num segundo momento, achou que a intervenção custaria muito e haveria transtorno muito grande na região, então, está contratando um novo projeto, que o Molina vai poder explicar melhor, que seria por meio de túneis, uma intervenção no viário naquela região que chega na Raposo Tavares, na intersecção com a cidade de São Paulo.



Outra proposta que fizemos por meio da Câmara Municipal é a possibilidade da continuação da Eliseu de Almeida, que havia um projeto original de quando construíram a avenida, passando por dentro da USP, seguindo o curso do rio. Talvez houvesse menos intervenção em relação às desapropriações e até o custo da obra.

É nesse sentido que estamos nesta audiência pública. Passo a palavra ao Presidente João Antonio.

O SR. PRESIDENTE (João Antônio) – Passo a palavra ao Sr. Ricardo de Oliveira, do CET.

O SR. RICARDO DE OLIVEIRA- Bom dia, represento a CET e a Secretaria Municipal de Transportes, fui convidado para apresentar com um pouco mais de detalhes o projeto que tem por objetivo fazer a ligação da rodovia Raposo Tavares e da própria Régis Bittencourt, por meio da Eliseu de Almeida, diretamente à Marginal do Pinheiros.

Esse projeto já foi apresentado em audiência pública, a obra faz parte do convênio entre o Estado e a Prefeitura de intervenções que, principalmente, o Estado arcará com os custos de uma obra que tem interesse metropolitano.

Se lembrarmos as rodovias que chegam a São Paulo, além da Raposo Tavares e da Régis Bittencourt, a própria Anchieta não tem uma ligação direta no sistema viário principal ou no sistema viário estratégico da Cidade.

Por muito tempo, talvez a maioria lembre, a Francisco Morato era a grande ligação do eixo da Régis Bittencourt. Todo tráfego pesado era por meio dela, depois construíram a Eliseu de Almeida, onde houve mudança desse fluxo pesado, foi dividido entre a Eliseu de Almeida e a Francisco Morato; posteriormente a criação da Avenida Politécnica, ligando na Ponte Jaguaré, conseguimos transferir ainda mais o tráfego de passagem da Raposo Tavares, principalmente para a Politécnica e Ponte Jaguaré, e a Régis Bittencourt para a Eliseu de Almeida. A última intervenção foi a construção do rodoanel, trecho oeste, onde houve a transferência direta de todo tráfego pesado da Régis Bittencourt e da Raposo diretamente para



a Marginal Tietê. Houve um alívio, que é a situação atual, do eixo da Francisco Morato, da própria Eliseu de Almeida, da Alvarenga e Camargo.

O binário Alvarenga e Camargo foi criado, na época, para tentar aliviar o trânsito da Alvarenga, quando ainda era mão dupla. Isso há 25 anos, quando a CET implantou o binário Alvarenga e Camargo na tentativa de conseguir andar o acesso à Raposo Tavares e à região do Butantã. Onde surgiu o tráfego da Valentim Gentil e a mão inglesa na pista local da Marginal Pinheiros. Lembrando um pouco da história, essa mão inglesa foi uma das primeiras que implantamos na Cidade e teve um resultado positivo no trânsito, mas negativo na questão do bairro.

Com a nova intervenção, principalmente, do metrô, a linha 4, com terminal na Vital Brasil com a Camargo, todos os ônibus que vêm de Osasco e Taboão, pela Eliseu e Francisco Morato, vão acessar o terminal no cruzamento da Vital Brasil e Camargo, o envoltório MMDC, rua Reação. Toda a região terá fluxo de transporte coletivo, fazendo ligação no primeiro terminal da linha de metrô.

Com isso, a proposta é eliminar a Camargo como via de ligação para a rodovia Raposo Tavares e Eliseu de Almeida. Finalmente, fazer a conexão da Raposo e da Eliseu em desnível, como era o projeto original quando foi criada a própria Eliseu, na época. A ligação da Alvarenga com a Eliseu, hoje, continua sendo um trajeto que era um desvio de tráfego e acabou se consolidando como acesso principal. A obra começa com intervenção de complexo viário da Raposo, Eliseu e Alvarenga, criando na Alvarenga uma avenida de mão dupla, com um desnível na Vital Brasil e Afrânio Peixoto para que tenhamos um fluxo direto da Marginal Pinheiros até o cruzamento com a Sapatuba.

Com isso, também prevemos a futura duplicação da ponte Cidade Universitária, eliminando de vez a proposta de uma nova ponte no eixo da Valentim Gentil e (?) Junior, terminando com o desnivelamento da Praça Panamericana, ali é o primeiro ponto crítico de congestionamento. Há, também, idéias futuras de se fazer a ligação do eixo da Faria Lima e da



Pedroso de Moraes com a Av. Pompéia, seguindo a Rua Natingui e fazendo uma conexão pela Av. Pompéia e um túnel na Heitor Penteado. Então, essa seria uma ligação há muito prevista, uma conexão no sentido norte de quem está na região sul, fazendo o caminho pelo sistema estrutural da Faria Lima, Pedroso e depois subindo pela Natingui.

A previsão para implantar essa avenida na Alvarenga, seria a desapropriação entre a Alvarenga existente hoje e a região da USP, no lado direito de quem vem da Marginal para a Raposo, onde já existe toda uma descaracterização do uso do solo. O projeto prevê também a criação de duas vias locais, uma preservando o lado do bairro, e a outra do lado da USP, para futuros acessos locais. Em suma, o projeto é esse. A SIURB está contratando através da EMURB o detalhamento dessa proposta. Os caminhos seguirão com uma discussão mais detalhada do projeto básico do Executivo e da própria obra. Seria essa a minha explanação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Antônio) – Obrigado, Ricardo.

Tem a palavra o Sr. Roberto Molim.

O SR. ROBERTO MOLIM – Primeiramente, bom dia a todos. Meu nome é Roberto Molim e estou representando o Secretário Marcelo Branco de SIURB, que é a Secretaria de Infra-Estrutura Urbana do Município de São Paulo. Na realidade, o Ricardo já avançou na questão do projeto. Quero acrescentar que essa intervenção, como inúmeras outras que estão sendo planejadas para o município de São Paulo, são frutos de convênios que foram firmados há pouco tempo, entre o Governo do Estado e a Prefeitura do Município. Esses convênios visam o desenvolvimento de vários empreendimentos. Quatro grandes empreendimentos, todos objetos de Audiência Pública no Instituto de Engenharia, que seriam o prolongamento da Roberto Marinho até a Imigrantes; uma intervenção na Marginal Tietê; a extensão da Jacu-Pêssego, no sentido sul até conectar com a Papa João XXIII, no município de Mauá e, finalmente, a Av. dos Bandeirantes, que também sofrerá uma intervenção.

Além disso, foi objeto de uma Audiência Pública, no dia 31 de julho deste ano,



também, no Instituto de Engenharia, dois outros convênios. Um chamado Região Metropolitana e um outro Região Sul, ambos no município de São Paulo. Essa intervenção, que seria a interligação com a Raposo Tavares, é uma dentre 11 intervenções, que foi objeto do Região Metropolitana.

Então, só para concluir o que o Ricardo comentou agora, o projeto dessas 11 intervenções está em fase de contratação. A CET está desenvolvendo o anteprojeto, que fará parte do procedimento licitatório e a EMURB, subordinada a SIURB, vai fazer a licitação tanto do básico quanto executivo e do licenciamento ambiental desse empreendimento.

O próprio licenciamento ambiental vai fazer com que novas audiências públicas, ou pelo menos, mais uma audiência pública seja efetivamente levada a cabo. Quando tivermos o projeto bem mais desenvolvido e avançado.

O SR. PRESIDENTE (João Antônio) – Esclareço que qualquer projeto protocolado na Câmara Municipal passa por audiências públicas em alguns casos, pela tramitação nas comissões e o resultado desses diversos debates, nas diversas instâncias, comissões, audiências públicas, plenária, resultará ou em aprovação do projeto original ou em alterações. Podemos alterar um projeto através de emendas do próprio autor ou de outro vereador ou podemos alterar o projeto por meio de substitutivo, que pode ser subscrito pelo autor ou por vários vereadores. Falo para esclarecer que este é um pouco o objetivo das audiências públicas e dos debates. Colher informações, idéias, para podermos aperfeiçoar a matéria o Legislativo. Assim, todas as falas serão gravadas, serão objeto do trabalho de nossa Taquigrafia e aproveitaremos, no transcorrer do projeto e do debate na Casa as idéias que porventura venham para aperfeiçoar a matéria ou modificá-la. Esclareço para que as pessoas possam, ao falar, se puderem, explicar exatamente o que pensam e o que desejam alterar ou acrescentar se sintam à vontade. Para que haja oportunidade para que todos falem estabelecerei o tempo que regimentalmente fazemos de cinco minutos para aqueles que usarão a palavra.



Tem a palavra a primeira inscrita, representando a Assec, Márcia Vairoletti.

A SRA. MÁRCIA VAIROLIT – Faço duas observações com relação à continuidade do PL 815. Com as apresentações feitas aqui a matéria do Vereador Aurélio Miguel vai carecer de debate mais profundo pois coloca alterações inclusive na classificação da própria Rua Alvarenga, criando uma via local, que, por uso e ocupação do solo terá uma classificação de uso específica que praticamente continua a mesma vigente e o miolo dela ficaria uma via expressa. Acho que faltaram duas coisas a serem colocadas com relação às intervenções que estão sendo propostas. A primeira é a necessidade de uma reunião, acredito que a Subprefeitura do Butantã seja o espaço ideal, para apresentar o detalhamento melhor deste projeto e incluir um pouco mais de esclarecimentos com relação ao que vai acontecer com a Estação Butantã do Metrô pois o volume de trânsito que foi explanado pelo senhor, parece, é um pouco maior e vai criar em outras vias de acesso como a Raposo, Corifeu, Eliseu, Francisco Morato e todo o mundo acabará na Vital Brasil tendo como via de transferência de um lado para outro a própria Rua Alvarenga. Acredito que o Metrô deveria estar presente nesta reunião para detalhar um pouco mais este fluxo de trânsito mesmo com a desapropriação para criar esta via expressa. Outro ponto que não está sendo colocado aqui é a Operação Urbana Vila Sônia que contempla a AIU-1, é exatamente o trecho da Rua Alvarenga que há quinze dias teve o seu EIA-ARRIMA rejeitado pela Secretaria do Verde e Meio Ambiente porque não apresentou detalhamentos sobre impactos, mapas, etc. Foi rejeitado porque não foi condizente com o termo de referência solicitado. Esquecer a Operação Urbana Vila Sônia, que é um projeto do Plano Diretor, acho que carece colocar isso: vamos tirar o trecho da AIU-1, Rua Alvarenga, da Operação Urbana? Acredito que o projeto do Vereador Aurélio Miguel poderia ser, não digo arquivado, mas poderia ser colocado em debate com mais profundidade, inclusive como fica diante de todas essas alterações apresentadas aqui. Peço, por favor, que seja, ou nesta Casa ou não, dados maiores detalhes sobre o Metrô e a Operação Urbana Vila Sônia interligada com projetos de Governo e Estado porque Metrô é Estado e a Operação é

município. Não pode, de qualquer maneira, fugir desta discussão. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Antônio) – Agradeço a contribuição da Márcia. Passo a palavra a Carlos Alberto Dantas, da USP.

O SR. CARLOS ALBERTO DANTAS – Nobre Vereador Aurélio Miguel, membro da Mesa e companheiros presentes, venho em dupla qualidade: sou morador daquela região que está entre a Alvarenga e a Fernando Peixoto, parte do zoneamento City e, como professor aposentado da Universidade de São Paulo a qual dediquei 50 anos de meus trabalhos, só deixando de fazê-lo oficialmente quando caí na compulsória. Fico realmente muito preocupado que a Universidade de São Paulo seja muito pouco citada nas discussões que tem havido, em particular, no projeto de lei do Vereador Aurélio Miguel. Fala-se do interesse de moradores da Rua Alvarenga que teriam suas casas não valorizadas condizentemente com o entorno da região, se compararmos com gabaritos de regiões vizinhas que permitem várias atividades comerciais e, portanto, uma grande valorização desses terrenos. Contraponho o interesse desses moradores a um interesse, diria, nacional, pois a Universidade de São Paulo representa a maior universidade brasileira e a única colocada entre as cem primeiras do mundo. É a única universidade que conseguiu este status.

Ali o investimento que o Estado fez, que a população fez é quase que incomensurável. O conjunto de pesquisas que ali é desenvolvido é do maior interesse nacional. Não nos esqueçamos que ao lado da USP temos o Instituto Butantan, o maior centro produtor de vacinas da América Latina. Então, quando se pensa em cruzar o campus da USP para melhorar o sistema viário, eu fico realmente estarecido. Acho que é muito importante, gostei muito da exposição do Ricardo. Acho que todos nós, cidadãos paulistanos, queremos melhoria de condições de vida, e o trânsito hoje representa realmente um sério problema para o paulistano. Então, todas as obras no sentido de melhorá-lo serão bem-vindas. Mas é muito importante que se preserve o patrimônio cultural e científico desta cidade. Parte dele nós temos ali com a Casa do Bandeirante e o loteamento da City. Esta cidade, hoje em dia, está perdendo



toda sua caracterização. Não tem mais passado.

Se compararmos o prejuízo que vamos ter com a mudança de zoneamento, com o benefício que uns poucos vão ter com essa mudança fica claro que o projeto não devia prosperar. Agora mudou a situação. Eu faria um apelo ao Vereador Aurélio Miguel para que retirasse o seu projeto. Ele perdeu o sentido. Talvez o Vereador, é um bom Vereador da região atenda os seus eleitores, o pessoal que habita em sua região. Creio sinceramente que de boa fé apresentou esse projeto. Mas acho que as circunstâncias mudaram. Gostaria de ver um novo projeto, uma nova proposta e não no âmbito da mudança na Lei de Zoneamento, mas partindo para uma integração entre Estado e Município para dar um destino àquela região.

Esse é o apelo que deixo registrado.

O SR. PRESIDENTE (João Antônio) – Agradeço a manifestação do Sr. Carlos Alberto. Passo a palavra ao Sr. Paulo Sérgio, também morador da região.

O SR. PAULO SÉRGIO – Quero dizer em poucas palavras que a Rua Alvarenga, vamos dizer assim, é vítima de ação da própria Prefeitura quando a Prefeitura pegou uma rua residencial e fez dela passagem de tráfego da Marginal Pinheiros para as rodovias Raposo Tavares e Régis Bittencourt. Com todas as promessas que vocês fazem que, em verdade, não se concretizaram e não se sabe se irão ser concretizadas, a Rua Alvarenga tem hoje tráfego de caminhões com 40 toneladas. E hoje a legislação permite um uso residencial e serviços, ou seja, simplesmente é impossível porque o que existe hoje faz com que a rua se torne totalmente abandonada, casas invadidas. Para quem trafega por aquela rua à noite sabe o tipo de pessoal que frequenta a rua. Aquelas moças que ficam andando pelas calçadas, invadem nossas casas para transformá-las em escritório delas.

Ou seja, não podemos abandonar um projeto baseado em promessa, em algo que eventualmente venha acontecer. Também não podemos imaginar no que vai causar prejuízo à USP porque creio que qualquer coisa que o pessoal da USP pode utilizar, como pequenas papelarias ou pequenas coisas do tipo, lembro que estamos pedindo uma alteração do uso e



não de edificações. Ninguém quer construir prédios com 35 andares ou obras desse tipo. E todo esse tipo de coisa, as pequenas *bombonieres*, por exemplo, poderiam servir ao pessoal da USP. Não vejo em que transformar a Rua Alvarenga em pequenos comércios poderia prejudicar a USP, por exemplo. Não vejo por que abandonar um projeto em função de uma promessa de algo que vocês estão licitando ainda um eventual projeto. Quer dizer, até fazer o projeto, até ser aprovado, até passar por toda tramitação burocrática, quantos anos vamos perder? O que vai acontecer?

De outro lado, a minha pergunta aos vizinhos é a seguinte: o que é melhor para vocês, ter pequenos comércios organizados e limpos ou ter tudo abandonado, como está hoje?

Era isso que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (João Antônio) – Muito obrigado, Paulo Sérgio.

Passo a palavra a Sra. Eloá Chouzal.

A SRA. ELOÁ CHOUZAL – Sou moradora da região, atrás da Casa do Bandeirante. Fui convidada pelos meus vizinhos para vir e representar a minha região. Acho que, hoje, se passarem por lá verão que muitas casas colocaram *bunners* contra esse projeto. A região está se posicionando contra o projeto. E depois do que o Ricardo falou, temos de realmente reavaliar tudo isso. Não digo que o projeto do Vereador Aurélio tenha de ser arquivado, mas realmente tem de haver melhor avaliação por parte dos moradores. Hoje, temos o Conselho de Meio Ambiente na Subprefeitura. Acho que o projeto tem de passar realmente por uma melhor avaliação.

Como moradora vim aqui lhes dizer que toda City Butantã é contra o projeto de lei. Todas as casas estão com *bunners* se posicionando contra o projeto. Se for transformada em Z-2 a Rua Alvarenga, do jeito que é um corredor de trânsito, esse comércio mesmo que pequeno obriga as pessoas a diminuir o ritmo para entrar neles, como acontece nas padarias, na Estrela do Butantã. Quando a gente vem da Camargo há trânsito para entrar na padaria criando um impacto.



Pelo que o Ricardo explicou, o projeto do jeito que está vai transformar a rua numa grande avenida. Se o zoneamento for mudado, o que vai acontecer é que o comércio vai se expandir para o lado da City e de toda a região, local tombado atualmente. É onde tem a Casa do Bandeirante. Para a gente o impacto é muito grande. Eu vim em nome dos moradores dizer que somos contra o projeto. Agora, com o novo projeto da EMURB e de SIURB temos de passar para uma instancia maior.

Era isso, obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Antônio) – Muito obrigado, Eloá. Tem a palavra o Sr. Luís Antônio Alves.

O SR. LUÍS ANTÔNIO ALVES – Sr. Presidente, nobres Vereadores, senhores presentes, como disse o Vereador Aurélio Miguel o projeto restaura uma verdade histórica que foi ligeiramente abordada. A importância da USP assim como outras questões precisam ser ressaltadas dentro de um contexto.

Quando o representante da CET fala na alteração que fizeram na Rua Camargo há 30 anos, ele está falando de algo que foi feito porque o poder público federal impediu que se tomasse a melhor solução viária para a região. Não é verdade? O projeto que respeitava toda a City da região não pode prosseguir em razão da construção da Academia de Polícia na beira da Cidade Universitária. Essa é a verdade histórica que fez com que a Rua Alvarenga e depois por solução de tráfego também a Rua Camargo sofressem todo o impacto da necessária ligação que tem de ser feita entre a Marginal Pinheiros, a Raposo Tavares, a Eliseu de Almeida e a BR-116, lá na frente.

Então, o que estamos aqui tratando, e o projeto do Vereador Aurélio Miguel é excelente nesse particular, é de redistribuir o peso dessa decisão que foi tomada pelo Governo Federal, foi tomada por razões que na época pareceram ao Governo Federal que eram relevantes, porque hoje jamais tomaríamos essa decisão, o Governo Federal jamais tomaria essa decisão, mas impôs há mais de 30 anos, há 40 anos um peso muito grande aos



moradores daquela região, os proprietários de imóveis daquela região. Não se trata de valorização desigual, se trata de restauração de um mínimo de redistribuição do peso que essa decisão governamental teve sobre a região e faz justiça isso. Faz justiça num projeto que é constitucional, estou convencido disso, porque a Lei de Diretrizes fixa a rua Alvarenga como uma zona de tráfego pesado, então não tem sentido em transformá-la numa zona lindeira como se fosse, por exemplo, a Alameda Gabriel Monteiro da Silva, a região é outra. A rua Alvarenga hoje tem tráfego mais pesado do que a Avenida Bandeirantes, que a Avenida 23 de Maio. Essa é a realidade local e é isso que acontece.

Esse projeto, de outro lado, com tudo aquilo que foi anunciado para a região, de autoria do Vereador Aurélio Miguel, creio que faz uma necessária transição entre o presente e o futuro, ele não muda substancialmente a rua, ele iguala dois zoneamentos distintos que existem para rua Alvarenga hoje, que é outro ponto de desequilíbrio e de injustiça e faz nessa necessária transição. Se esse projeto for implementado, e acredito que será porque é projeto do Governo, a rua Alvarenga estará preparada para receber isso que vai acontecer na região.

Portanto, na verdade, Sr. Presidente, faço um apelo para que a Câmara apresse a votação do projeto do Vereador Aurélio Miguel e os representantes de São Paulo possam colocar em vigor essa alteração.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Antônio) – Muito obrigado, Sr. Luís Antonio.

Tem a palavra a penúltima inscrita, a Sra. Renata Esteves.

A SRA. RENATA ESTEVES – Queria cumprimentar a todos e dizer que eu também sou moradora do bairro e até os últimos dias eu nunca tinha pegado o projeto do Vereador para ler, eu me pautava no que ouvia as pessoas comentarem a respeito do projeto, uns a favor, outros contra, mas a partir dos últimos dias resolvi ler o projeto e tentar entender o que realmente era aquilo. Eu estava me sentindo muito esclarecida, achando que eu podia, de certa maneira, fazer algum comentário que fosse útil, até apresentar uma proposta que



pudesse ser consenso entre os moradores e os comerciantes, porque o que pude ver numa tabela que o Sr. Milton me encaminhou por e-mail, é que existe muita divergência com relação a esses usos, sobretudo entre os moradores e os comerciantes.

Acontece que hoje fiquei muito surpresa com a exposição do Sr. Ricardo a respeito dessas alterações do trânsito no local e se pude entender bem esses projetos já estão avançados, enfim, já houve audiência pública, eles deverão ser implementados em mais ou menos tempo. Se eu também entendi o que ele explicou, o que vai acontecer ali é que o lado direito da rua Alvarenga, o que dá para a USP, vai ser desapropriado, não é isso? Então todo aquele comércio do lado direito vai sumir, o que tem ali vai ser substituído por uma parte, por uma via pública. Então esses usos que estão sendo sugeridos pelo projeto do Vereador vão ser, evidentemente, usos do lado esquerdo da rua Alvarenga. Então esse comércio vai se instalar todo do lado esquerdo porque do lado direito não haverá nada, haverá uma via pública. É isso que eu entendi?

Nesse sentido, como falaram alguns oradores, seria bom se houvesse oportunidade de se estudar essa questão, com mais tempo, para haver integração desses projetos.

Acredito que o nobre Vereador, com a melhor das intenções, está tentando resolver o problema real, de todas as casas que estão abandonadas. Infelizmente, está havendo esses usos, absolutamente indesejáveis para a região. Aliás, isso já foi falado aqui. Por que digo isso? Porque junto com esses usos, evidentemente, vêm coisas mais indesejáveis, como tráfico de drogas, decorrente da ocupação que a rua está começando a ter.

Não sei se seria possível dilatar um pouco essas conversações, discussões e exposições, para tentarmos entender um pouco o que seria melhor para a região.

Desculpe-me o nobre Vereador, mas se todos esses usos que V.Exa. enumera passarem para o lado esquerdo, o que se diz ser de baixa incomodidade, será de alta incomodidade. Por quê? Porque, evidentemente, moradores daquelas travessas, especialmente os próximos de esquinas, não gostarão de ter, como vizinhos, uma butique de



pães ou uma academia de ginástica. Isso não vai causar baixa incomodidade, mas sim uma alta incomodidade, repito. Tudo isso somado ao movimento todo que está previsto para a Rua Alvarenga, a partir desses projetos, vai conturbar muito a região.

Sou defensora de que deveríamos ocupar melhor, de maneira agradável e proveitosa para a região e o comércio, aquelas casas do lado esquerdo. Talvez tenhamos de dar mais tempo para podermos compreender o que significarão essas mudanças, fazendo coisas que agradem comerciantes locais, mas também poupem o bairro de um incômodo que, a partir de então, não vai ser baixo.

O SR. PRESIDENTE (João Antônio) – Agradeço a Sra. Renata.

Tem a palavra o Sr. Claus Peters(?).

O SR. CLAUS PETERS(?) – Bom dia, nobre Vereador Aurélio Miguel, integrantes da Mesa, moradores e comerciantes.

Desculpem-me por ter chegado atrasado. A vantagem de chegar agora é que muito do que falaria já foi dito. A desvantagem é que perdi muito do que foi exposto. Parece que perdi uma parte importante da exposição. Na nossa última audiência pública, não foi apresentado esse projeto, que impacta muito o projeto de lei. Aqui estamos tentando juntar as duas coisas. Não sei o quanto disso é teoria e quanto vai se tornar realidade, num curto espaço de tempo. Diante dessa situação, não sei como reagir. Não sei se reagimos tentando encontrar uma forma de conviver com esses conflitos expostos aqui ou se todos nos debruçamos sobre o futuro que está exposto, procurando um novo caminho para a região.

Sou da Loja Regata. Pelo que vi do novo projeto, essa loja vai virar pó. Será desapropriado justamente o lado direito, onde estamos. Então, se formos falar do futuro, não tenho muito a acrescentar. Talvez traga uma experiência particular. Como morador da travessa da Alameda Gabriel Monteiro da Silva, posso dizer que sempre fui favorável ao comércio. Tenho certeza de que se não houvesse comércio lá, toda a região estaria muito mais degradada. Sou morador de uma travessa muito perto da Gabriel. Aquele comércio todo em

nada atrapalha a nossa vizinhança. Chego até a comparar onde moro com uma cidade pacata do interior. Imagino que aquele comércio seja parecido com o que está sendo proposto aqui. Isso só viria acrescentar à região.

Como futuro comerciante, não tenho muito a dizer, porque a via passou por cima de nós. Como munícipe, posso acrescentar essa minha experiência pessoal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Antônio) – Eu que agradeço.

Tem a palavra o nobre Vereador Paulo Frange.

O SR. PAULO FRANGE – Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade. Em nome do nobre Vereador Aurélio Miguel, cumprimento os representantes da S-Urb e CET e demais presentes.

Vou me posicionar apenas em relação a essa preocupação crescente que estamos tendo, na cidade de São Paulo. Por que estamos aqui? Porque, nos últimos 30, 40 ou 50 anos, ou desde Anchieta, nada foi planejado. Tudo foi crescendo, de acordo com a irrevogável Lei de Mercado. Vão construindo, na medida em que há espaços vazios, onde avenidas podem chegar. Veio a primeira proposta do Plano Diretor e outras. Tivemos oportunidade de, no Governo passado - o nobre Vereador João Antônio estava aqui conosco - tentarmos, pelo menos, colocar parte das regras, em jogo. Pelo menos, parte das cartas estavam na mesa. O Plano Diretor foi discutido na época.

Sentimos que muito do deveria ter sido discutido, de forma esmiuçada, o zoneamento, não tivemos oportunidade de chegar ao fim. Com isso, todos, sem exceção, sofrem pela falta de planejamento, em São Paulo, inclusive eu. Imaginem! Sou cardiologista. Preciso de absoluto silêncio para ouvir, e estou na ativa. Estou a 50 metros do mega *Shopping Bourbon*, instalado, ao lado de minha clínica, em Perdizes. Agora, Perdizes já não é mais um bairro residencial. É um bairro de passagem de todos que não conseguem passar pela Francisco Matarazzo, pela Avenida Sumaré ou por qualquer outro lugar.



Foi citada a Avenida Pompéia. Arrepiei-me! Já estou indo embora. Depois de 30 anos morando, em Perdizes, e mudando de rua, a cada cinco anos, porque não tolerava mais a situação, na rua onde moro agora, há três linhas de ônibus. Não sou contra elas. Ocorre que elas fazem manobras, na minha frente, numa ladeira extremamente íngreme. Então, todos ônibus que fazem curvas, param, no meio da avenida, colocam a primeira e depois arrancam balançando, desviando de todo trânsito. Todos veículos que passam e que sobem ficam parados, na porta. Então, não entro mais na minha garagem. Essa situação deve estar acontecendo com todos os senhores também.

A minha preocupação vai primeiro em relação à S-Urb. Temos uma preocupação muito grande com qualquer tipo de intervenção como essa. Primeiro, passa, por ter dinheiro, em caixa, para fazer, pelo orçamento. Nem Deus talvez saiba o que vai acontecer com o orçamento do ano que vem, se a crise continuar. Dos 29,5 bilhões de São Paulo, deveria haver 32, para o orçamento. Pode ser muito menos do que isso, talvez 26. Calcularam com um PIB do próximo ano. Estou falando, enquanto Comissão de Finanças, da qual participo, de 3,7. O Governo Federal apresentou crescimento para o próximo ano, de 4,5%, e o nosso aqui, em 19 de setembro, foi revisto para 3,7. Portanto, o orçamento do ano que vem já é 3 bilhões menor do que expectativa de maio. Ele foi montado para 29,5 bilhões. Ninguém aqui acredita que vamos crescer 3,7%, no ano que vem. O mundo inteiro já está avisando. Parece que estamos vacinados contra a crise, pelo menos, em falácia, com certeza.

Sr. Ricardo, a minha preocupação com a S-Urb é: “Como posso prometer uma obra como essa, se não sei se vai entrar dinheiro?” Digo isso porque orçamento é expectativa de arrecadação x projetos apresentados. Vou pagar, dependendo daquilo que entra.

Cheguei, nesta Casa, há doze anos, esperando o Viaduto Jaraguá. Doze anos se passaram e a obra ainda não foi concluída. Ainda falta muito. Vão terminar a obra bem depois de chuvas. Não sei se vão conseguir terminar a obra até metade do ano que vem.

Pedi uma pequena alcinha para a S-Urb, quando cheguei, nesta Casa, que fazia a



chegada, dentro do Complexo Imigrantes do agronegócio. Na época, o Sr. Milton, assessor, eram recém-chegado, nesta Casa. Pesava 30 quilos a mais. Havia um desenho, sem nenhuma desapropriação. Não havia mais do que 600 metros na região. Demorou onze anos, e ainda não saiu o projeto, porque agora há uma árvore no meio. Agora, têm de tirá-la de lá. Imaginem um projeto com essa dimensão! Quantos anos não vamos esperar? Não estou pregando nada contra a S-Urb. Ocorre que há um processo burocrático a ser seguido. Desapropriação não se faz do dia para a noite. Além disso, quem mora, nessa região, também tem bons advogados. O grande problema do pobre é que ele tem amigo pobre e advogado pobre de conhecimento. Esse pessoal, com certeza, não tem advogado pobre de conhecimento. Com certeza, vai levar essa situação até onde der. Aí, vamos parar a obra, na Justiça.

Faço uma pergunta: “Há quanto tempo vamos aguardar até lá?” Gostaria de obter uma resposta para essa pergunta.

Vou insistir perguntando em relação a finanças. Temos muita preocupação com obras, daqui para frente. Como vamos conseguir levar adiante toda essa proposta? Se estivesse, dentro de uma operação urbana, ficaríamos felicíssimos, porque o dinheiro da iniciativa privada pagaria a obra. Podem dizer: “Que bom!” Então, poderia levar quem quiser à minha região, novamente. A Operação Branca está parada. Estamos esperando uma avenida que liga uma paralela da Francisco Matarazzo até à saída da Lapa, lá em cima, desde que se aprovou a obra da Água Branca. Sou vítima dela também. Fizeram um trequinho, que leva a mesma avenida ao contorno a ela mesma. Estamos esperando que a obra continue.

Agora, não há estoque para vender mais nada lá. A Operação Água Branca não anda e evoluiu. Para a nossa surpresa, apareceu mais um supermercado, o Sondas, em frente ao *Shopping*. Como vai ficar o impacto de trânsito naquela região? Onde está o dinheiro da operação urbana? A senhora falou da Operação urbana da Vila Sônia. Ela nem foi ainda aprovada, na Câmara. Imaginem para se aprovar essa operação urbana nesta Casa! Imaginem quanto isso demandaria de tempo! Se ela tivesse sido aprovada, só conseguiríamos trazer



dinheiro para uma operação urbana como essa - Estou falando de dinheiro, porque nada se faz sem dinheiro - quando propuséssemos a investidores um tremendo sistema viário, para eles construírem ao lado. Quando nasceu a Operação Urbana Faria Lima, realizamos uma CPI aqui para investigar. Fui Presidente da CPI. Como seria feita a Faria Lima, se não há dinheiro? Primeiro, teria de haver o título vendido, para depois colocar lá.

Na época, falaram sobre o Sr. Paulo Maluf. Disseram que ele tirou dinheiro do Tesouro, que não poderia, e abriu toda a região. Disseram que ele fez avenidas e falou: "Quando venderem títulos, reponho dinheiro ao Tesouro." Realizamos aqui uma CPI.

O Sr. Freitas, que está acompanhando a comissão, era Secretário Municipal de Finanças. Todos os centavos da operação urbana que foram tirados do Tesouro voltaram para o caixa mesmo. Ele foi processado por isso, mas o dinheiro foi e voltou. De lá para cá, não tivemos nenhuma experiência com uma ousadia como essa, até porque hoje o Ministério Público não deixarei isso ocorrer.

Qual sistema viário vamos propor para a Vila Sônia, para levar o investidor para lá e fazer um "paredaço" de prédios bonitos? Não acredito que isso ocorra. Quem investiria, na Vila Sônia, hoje, no mercado imobiliário, se há a Água Espraiada para investir? O empreendedor de São Paulo é o mesmo. Aliás, estão indo embora. Estão investindo em Salvador e Fortaleza.

Aqui há uma situação de conflito, que precisa ser resolvida. Temos um problema com o comércio e outro com moradores. A proposta do nobre Vereador Aurélio Miguel é até curiosa, porque traz, num primeiro momento, uma das soluções, de um processo que caminha, ao longo dos anos. Isso é coisa para quatro, cinco ou seis anos.

O que temos de fazer? Deixo uma sugestão de médico. Temos um diagnóstico do local, do tamanho do conflito. Isso só existe porque há adensamento humano. Se morássemos, em uma cidade como Borá, no interior de São Paulo, ninguém estaria discutindo aqui problemas de vizinhança.

O nobre Vereador Aurélio Miguel tem trabalhado conosco. Na zona residencial,



deveria haver menos de 60 ou 65 decibéis de ruído, no máximo, para se ter conforto acústico e saúde do morador. Onde encontramos, em São Paulo, um lugar com esse nível de ruído? A Câmara comprou, há pouco tempo, novos aparelhos de ar condicionado. Da minha mesa ao aparelho, constatei 95 decibéis de ruído. A empresa veio aqui e trocou três vezes o aparelho, para que eu tivesse o mínimo de conforto, para ficar, dentro da minha sala. Imaginem o nível de ruído que enfrentam moradores hoje! Então, o que estamos buscando, em audiência pública? Compormos uma relação de vizinhança, com o menor impacto possível para o morador e o comércio, porque é este que vai gerar emprego. Aliás, sabemos que, numa cidade sem emprego, a situação acaba ficando delicadíssima, porque hoje a cidade é de serviços. Por quê? Porque nenhuma cidade da América tem, em 22% do seu orçamento, recursos oriundos do ISS, imposto sobre Serviços.

Então, ninguém, no mundo, talvez, tenha o seu maior componente de arrecadação em ISS. A cada cinco reais que entram, no caixa, um vem de serviços. Temos de trabalhar em cima de buscar áreas de serviços, mas elas não podem ser incômodas.

Sr. Carlos, ficamos muito tristes quando vemos alguém que foi para casa pela compulsória. Há um projeto, em Brasília, mudando a idade da compulsória. É um absurdo! O país já tem 75 anos de expectativa média de vida, e não mudamos a nossa compulsória. Portanto, pegamos os grandes elementos que temos hoje, que compusemos o nosso quadro, no Brasil, de *expertises*, e os mandamos para casa, precocemente.

Na minha área, de Saúde, esse é um grande problema. Estamos trabalhando isso, em Brasília, repito, porque não há substitutos para eles mais. Se forem para casa, não temos pessoas para serem colocadas em seus lugares.

No seu caso, quanto à discussão da USP, o sistema viário é lindeiro? Portanto, não entraria, dentro do complexo da USP. Também vejo uma grande preocupação. Não há, na proposta, nenhum tipo de agressão a um complexo como esse. É patrimônio nacional. Aliás, é patrimônio da humanidade. A USP é reconhecida, em qualquer canto do mundo. Temos de



preservar essa situação. A discussão que envolve moradores e a proposta do nobre Vereador Aurélio Miguel tem de ser um pouco mais aprofundada, sem radicalização de que não há solução para a local.

A solução de projetos novos e sistemas viários novos vai demandar muito tempo. Não sei se moradores vão continuar convivendo com a situação que lá se encontra, e se o comércio agüentar conviver com a atual situação.

Esse é um assunto extremamente delicado. Vejo isso, com muita tranquilidade. Com experiência de doze anos, nesta Casa, digo que não há solução mágica para o processo. Não haverá nenhuma solução boa, que atenda a 100% das expectativas da região. Aqui é um projeto que, com certeza, fará justiça, no atacado. Isso resolverá muito. Algumas injustiças ocorrerão no varejo.

Sr. Presidente, essas injustiças, com certeza, deixarão algumas pessoas contrariadas com o projeto. V.Exa., que tem experiência, na Casa, sabe que uma intervenção como essa não satisfaz a todos.

Vou continuar acompanhando essa discussão. Fiz essas ponderações apenas em função da preocupação com o sistema viário novo, S-Urb x orçamento, no momento em que estamos vivendo.

O SR. PRESIDENTE (João Antônio) – Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Aldenir Antônio Brunélio, representando a subprefeitura de Butantã.

O SR. ALDENIR ANTÔNIO BRUNÉLIO – Bom dia a todos. Sou coordenador de Planejamento e Desenvolvimento da Subprefeitura do Butantã. Levei vantagem em falar, no final, porque todas observações foram extremamente válidas. Nesta audiência pública, houve bastante objetividade.

Gostaria de reiterar a disposição da subprefeitura, em auxiliar na tramitação e na evolução desse processo. Farei uma observação. Já tivemos, na subprefeitura, uma tentativa



de mediação de conflito. Pelo menos, houve sete reuniões. Não sei se tivemos oportunidade de encaminhar o processo completo para o nobre Vereador. Se não fizemos isso, comprometo-me a enviar o documento, com todas as atas. Será muito interessante sabermos a posição de pessoas, naquela ocasião.

Todas aquelas reuniões ou manifestações da subprefeitura foram feitas antes de termos conhecimento do projeto da duplicação da Rua Alvarenga. Pelo menos, em função disso, valeria a pena, no mínimo, um reestudo dessa situação.

Coloco à disposição da subprefeitura, se V.Exas. entenderem que lá é um espaço adequado. Técnicos da subprefeitura poderão vir aqui também, se as próximas discussões foram realizadas aqui.

Gostaria de saber quais são os prazos agora, necessários para o andamento do projeto de lei. Gostaria de saber se há prazos ou limitações. Com isso, podemos chegar a soluções.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Antônio) – Vou nomear um relator sobre essa matéria, na Comissão de Constituição e Justiça. Ele vai apresentar um parecer, apenas dizendo se a matéria é constitucional ou legal. Não entramos no mérito. A Comissão de Constituição e Justiça não entra no mérito da propositura. Em seguida, enviarei essa matéria para a Comissão de Política Urbana, que analisa matérias que dizem respeito à Legislação Urbanística na cidade. Isso ocorrerá nos próximos dias. Há ainda a Comissão de Finanças e Orçamento, da qual participa o nobre Vereador Paulo Frange, que avaliará o impacto financeiro de qualquer projeto, na Câmara. Neste caso, ainda há uma quarta comissão, a de Transporte e Atividade Econômica, pois essa matéria diz respeito também ao impacto, no viário público, na cidade de São Paulo. Depois de essa matéria ser passada por essas quatro comissões, ela estará preparada para chegar ao plenário da Casa. Aí não haverá tempo para se votar. O critério de votos será pautado pela Mesa Diretora da Casa. O tempo será definido pelos 55 Vereadores



desta Casa.

É óbvio que projetos que tenham interesse, participação e integração da população com a Câmara Municipal de São Paulo acabam tramitando mais rapidamente. Esse é um pouco o processo regimental obedecido na Câmara Municipal de São Paulo.

Há algumas perguntas, tantos de oradores que usaram a palavra, como de moradores e interessados na matéria, naquela área, além do nobre Vereador Paulo Frange.

Pergunto ao representante da S-Urb que ele tem possibilidade de hoje já adiantar, respondendo algumas indagações.

(NÃO IDENTIFICADO) – Com relação ao que foi colocado pelo nobre Vereador Paulo Frange, para o ano de 2009, não há nenhum recurso estipulado para o empreendimento. Por quê? Porque, durante este ano, estaremos elaborando projetos do empreendimento. Quando foi realizada a audiência pública, no dia 31 de julho deste ano, no Instituto de Engenharia, o valor estimado para o empreendimento deste porte foi de 350 milhões de reais. É evidente que é uma estimativa, em função do tamanho do empreendimento. Ela poderá ou não vir a ser confirmada, evidentemente, depois de os projetos estiverem sido concluídos, o projeto básico e o projeto executivo. Aí haveria um custo exato, porque quando tivermos o projeto executivo... A nossa expectativa é que isso aconteça ao longo de 2009 ou no final de 2009.

Quanto a esse empreendimento, o projeto será licitado ainda. O que a CET está estudando hoje? Praticamente o funcional. O projeto funcional é aquele que define como vai ser a intervenção. O detalhamento dessa intervenção é contratado pela Emurb. Vamos chamar S-Urb-Emurb. Na realidade, é a Emurb que contrata. Somente após esse detalhamento, o processo de contratação deve levar em torno de quatro meses. É a média da contratação de um projeto desse tipo. A Emurb contrata inclusive como técnica e preço, para que, evidentemente, seja feita uma seleção de empresas que, efetivamente, tenham condições de executar um projeto dessa magnitude.



Estávamos discutindo com a subprefeitura e a CET que face ao impacto que há, na comunidade, e por ser uma comunidade, como o próprio Vereador falou, presente e que conhece bem o seu entorno, o ideal seria que, antes de definirmos o projeto funcional e concluirmos essa etapa, apresentássemos para a comunidade, na subprefeitura, o projeto, e o discutirmos, inclusive porque este é o momento. Enquanto estamos definindo o funcional, este é o momento de aplicarmos qualquer modificação que seja de interesse da comunidade. É evidente que não dá para agradarmos gregos e troianos. Aqui vemos que há pessoas que se manifestaram favoráveis ao projeto de lei de autoria do nobre Vereador Aurélio Miguel e pessoas que se manifestaram contra.

Com relação ao projeto do empreendimento em si, queremos discutir, por meio da subprefeitura, o projeto funcional, com representantes da comunidade, para que ele saia o mais adequado possível a essa comunidade. Sabemos que não vamos agradar a todos. Sabemos isso de antemão.

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. MÁRCIA VAIROLETE – Sou da Asec(?). Pela resolução do Conama, durante a implementação desse tipo de projeto, extremamente impactante, tanto direto, quanto indireto, não há necessidade de elaboração do EIA-RIMA, para que ele seja acompanhado, em sua implementação, pelo menos, nas(?) últimas da operação urbana. Fazemos o traçado do projeto e ali já colocamos impactos diretos e indiretos.

Gostaria de saber se isso vai ser acompanhado, porque, na discussão sem esse relatório, vai acontecer com o que houve na Operação Urbana Vila Sônia. Quando apresentaram o projeto, ele foi rejeitado na íntegra e nós já tínhamos feito discussões com a comunidade sobre o projeto.

(NÃO IDENTIFICADO) – Então acho que é importante. Inclusive antes de vir para cá estava na Secretaria do Verde e Meio-Ambiente, praticamente faço reuniões na Secretaria do Verde e Meio-Ambiente duas ou três vezes por semana. Todo projeto, principalmente dessa



77 de 80 78 88
01-815
07
REVISÃO

magnitude, é obrigatória a realização do EIA-RIMA, quando a Emurb contrata o projeto, ela já contrata e ela tem contratado desde o funcional porque esse projeto não é exatamente um funcional, ele é um anteprojeto, depois ele virará um funcional, do funcional ele passará para o básico e assim sucessivamente até virar o executivo. Então quando a Emurb contrata, no próprio contrato ela faz na licitação a previsão de contratar funcional, básico, executivo e EIA-RIMA. Então isso tudo vai estar dentro de um contrato só para esse empreendimento. Um EIA-RIMA evidentemente depois ele vai ser submetido à Secretaria do Verde e Meio-Ambiente e sofrerá todos os processos até que ele seja aprovado, ou seja, audiência pública, enfim, tudo aquilo que preconiza a Secretaria do Verde e Meio-Ambiente.

Finalizando a questão com o Vereador, na realidade, evidentemente dentro do orçamento de 2009, nós pretendemos fazer exclusivamente o projeto, até porque não teríamos tempo hábil até de pensar na licitação das obras. O objetivo do Governo, ou dos Governos, porque ele foi apresentado, como eu disse, pelo Governo do Estado e pela Prefeitura nesta audiência pública, é que a partir de 2010 tenhamos condições de realizar as obras. Aí seria um outro orçamento que ainda seria votado no ano que vem. Todo mundo sabe que estamos vivenciando um início de crise, início porque a crise já se estabeleceu nos países desenvolvidos e ainda nos países em desenvolvimento não sabemos qual vai ser o efeito, pode ser que ela dure um ano, dois anos, o que nós vamos fazer em 2009 efetivamente é o projeto para que a gente tenha condições depois de licitar o empreendimento em si. Hoje a estimativa desse empreendimento é de 350 milhões de reais, foi colocado isso na audiência pública do dia 31 de julho.

O SR. PRESIDENTE (João Antônio) – Passo a palavra para as considerações finais dos vários questionamentos ao Vereador Aurélio Miguel, autor do projeto.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Mais uma vez queria deixar bem claro que o objetivo deste projeto é trazer a esta Casa, que é a Casa a quem compete a discussão dos interesses da cidade de São Paulo, nós somos representantes da população, qualquer interesse. Então



quando eu propus o projeto já sabia que teriam as audiências públicas e estamos fazendo-as. O objetivo sempre foi o melhor possível. Eu sou morador da região, A Casa do Bandeirante, que uma moradora citou, se houve aquela melhora no entorno foi emenda minha para aquela região, foram recursos que eu mandei para a nossa região e tenho total interesse por aquela região. Eu sou vítima também do que está acontecendo com vocês, primeiro por uma desapropriação que ocorreu na Francisco Morato, num imóvel nosso que foi desapropriado por conta do crescimento e desenvolvimento da cidade, para a construção do Metrô. A nossa família foi indenizada por um valor que estamos questionando na Justiça, mas faz parte do desenvolvimento, o que eu posso fazer? Benefício para uma maioria e prejuízo de alguns. Eu fui prejudicado naquela situação. Não tem problema em relação a isso.

Com relação à rua Alvarenga eu apresentei este projeto na Casa e depois tomamos conhecimento de que foram feitos esses projetos e que teve audiência pública da desapropriação que vai gerar um impacto muito grande. Como disse o Vereador Paulo Frange, quanto tempo vai demorar para se conquistar este projeto com as desapropriações que vão ocorrer, com os recursos que têm que ser encaminhados? Estão licitando o projeto ainda. Eu tinha entendido com o Secretário que tinham desistido das desapropriações, quando estive com ele, e que a idéia era fazer através de túneis para que houvesse o mínimo de impacto para a região e agora está tendo essa alteração novamente. Para os moradores também, ter uma via lá de acesso, não sei se é positivo ou é negativo, da forma como possa ser feita. É preciso debater muito sobre isso.

Com relação ao que disse o Sr. Carlos, da USP, quando eu faço uma proposta, na verdade, é um projeto que já existia. Não fui eu que criei esse projeto. Aliás, era o projeto inicial. Frequentei a USP durante muito tempo e sou defensor e admirador da mesma forma que o senhor. Inclusive, na semana passada, estive na Faculdade de Administração e Economia dando uma palestra. Sou favorável a que se preserve a USP. Mas a proposta original é justamente no limite da USP, onde fica o rio Pirajuçara, que desemboca no Pinheiros.



Ele seria segregado.

- Aparte fora do microfone.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Mas seria segregada, sem intervenção em relação à USP. A idéia é essa. Justamente por isso que se contrata o projeto: para trazer o mínimo de impacto tanto para a USP como para os moradores.

Mais uma vez, dirijo-me aos moradores e comerciantes que lá estão: esse projeto vai demorar muito tempo. Não ficará pronto da noite para o dia. Se souberem que vai acontecer isso, aquela área ficará mais abandonada, o que é ruim para vocês. Como fiz na audiência pública anterior, pedi que vocês tentassem entrar em um entendimento. Inclusive, o Neli estava aqui e se colocou à disposição. Disse até que era favorável ao bairro protegido que existe lá. Andaram falando que eu denunciei no Ministério Público pela abertura das ruas. Isso é uma grande mentira. Eu defendo, sou favorável ao bairro protegido, já que o Poder Público não nos dá segurança. Então, que a sociedade se organize e traga segurança para si. Coloquei-me à disposição inclusive para interferir junto à CET, em relação às mãos, contramãos, proibição de estacionamento nas ruas que fazem parte do City Butantã. Na verdade, não houve avanço, entendimento entre as partes – comerciantes e moradores. Lamento. Estou à disposição para ajudar no que for necessário para melhorar a minha região.

Sou morador daquela região e tenho total interesse. Estou preocupado, porque essa é uma obra grande, que há necessidade de se fazer. Todo mundo sabe que a USP era rota de fuga do trânsito de São Paulo. Inclusive a USP fechou no final da Politécnica, onde fica a raia, para controlar um pouco o fluxo. Porque, na verdade, a raia olímpica da USP virou uma avenida.

Temos de trazer o benefício das vias nessa intersecção da Raposo Tavares, Rua Alvarenga, Rua Cardoso e a própria Francisco Mourato, que é um caos para todos nós que moramos lá. Temos de desviar das rotas e acabamos entrando nos bairros. Sou vítima disso. Moro perto da TV Bandeirantes. Vocês não imaginam o que é morar lá. Por isso coloquei-me à



disposição de vocês.

Não vejo prejuízo nenhum, até porque nossa tabela é de baixa incomodidade. Logicamente, se o Governo municipal conseguir concluir essas obras – primeiro tem de aprovar o projeto, tem de desapropriar -, não existirá mais comércio naquela região. Então, vão ser revogadas todas as disposições em contrário. Pode demorar 3, 12 anos e vai ficar a injustiça lá? Acho muito melhor ter uma ocupação até que o Poder Municipal dê uma utilidade que atenda aos interesses da população. É esse o objetivo.

Se dependesse de nós, Vereadores, tentaríamos fazer o mais breve possível essas obras em relação a melhorias naquela região. Como disseram o Molina e o representante da CET, ainda temos o metrô e um terminal de ônibus que vai gerar um tráfego que trará muita incomodidade a todos que moram naquela região.

Estamos tendo essas audiências públicas para escutar todos os segmentos da sociedade e o próprio Poder Executivo, porque não podemos aprovar um projeto sabendo que farão depois algo que tornará nulo o projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Antônio) – Eu gostaria de parabenizar o nobre Vereador Aurélio Miguel. A democracia reina nesta Casa, em que pesem alguns fazerem críticas algumas vezes injustas.

- Pronunciamento fora do microfone. Inaudível.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Do lado direito, lindeiro ao de vocês. Os comércios que estávamos propondo é o que já existe lá, com muito pouca alteração. Há quatro propostas lá. Tem a que existe, a situação atual; a que fizemos a proposta, de baixa incomodidade; a dos moradores. Inclusive vocês, em determinado momento, dentro da mediação que houve, aceitaram as agências bancárias. Só não colocaram no papel. Mas aceitaram. E depois voltaram atrás. Isso inclusive foi dito na reunião. E a proposta da Associação Comercial.

Aqui ninguém vai tomar uma atitude autoritária. Uma atitude talvez como algumas



pessoas lá da região tomaram com relação à minha pessoa. Aqui somos democráticos. Vamos escutar, debater e decidir o que for melhor para a comunidade local, pensando sempre nos comerciantes. Fazem parte de uma sociedade o comércio e as habitações também. Sempre respeitando os dois lados.

Peço que, se ainda houver possibilidade de entendimento, como a mediação que estava sendo feita pela Subprefeitura do Butantã, eu retiro amanhã o projeto. Acontece que muitas vezes levaram para alguns moradores – e você deve ser uma delas – as informações equivocadas.

O SR. PRESIDENTE (João Antônio) – Vereador Aurélio Miguel e Renata: estamos propondo um encaminhamento aqui para não termos de reabrir o debate. Até porque o debate nesta Casa vai longe ainda. Trata-se de matéria extremamente complexa. Ouvimos a opinião do nobre Vereador Aurélio Miguel, mas são 55 Srs. Vereadores nesta Casa.

Quero parabenizar o nobre Vereador Aurélio Miguel, que suscitou este debate. Esse projeto não expressa apenas a vontade pessoal do Vereador Aurélio Miguel, mas opiniões que existem na região – de comerciantes, moradores etc. Então é importante que se debata.

Gostaria também de agradecer a opinião de cada um de vocês. Todas serão avaliadas e levadas em consideração por esta Casa nas comissões de mérito e no plenário.

Quero, inclusive, propor aos senhores e senhoras presentes que não se incomodem e mandem por escrito; podem mandar para a Comissão de Constituição e Justiça. Na qualidade de Presidente, faço questão de encaminhar e anexar aos autos do projeto de lei. Então, aqueles que têm sugestões, mandem por escrito; estamos à inteira disposição para recebê-las.

Mudança de zoneamento. Sabemos que é uma matéria extremamente complexa que mexe com a vida de muitas pessoas, deixando uns moradores mais ricos e outros mais pobres, alterando a qualidade de vida de bairros inteiros. Por isso que, sabiamente, a nossa Lei



Orgânica determinou que mudança de zoneamento só com 37 votos aqui na Casa; não são 28, maioria simples, é maioria qualificada. Já tomando todos os cuidados para não cometer determinadas injustiças.

Agora, feito esse processo, temos duas alternativas: ou os moradores, por meio de um consenso encaminham para o nobre Vereador Aurélio Miguel retire o projeto, e ele retiraria com a maior satisfação, atendendo os moradores, ou, se permanece a polêmica. Aí, então, teremos dois mecanismos a serem construídos nesta Casa: ou modificamos para atender a ampla maioria, já que não há consenso por meio de emendas ou um substitutivo, instrumento legal e regimental que utilizaremos para o processo legislativo na Casa.

De maneira que quero deixar bem claro a todos a nossa inteira disposição. O Vereador Aurélio Miguel, que não é do meu partido, tem um enorme respeito para com a democracia e, obviamente, é uma pessoa muito atenta às opiniões dos moradores desta cidade. Por isso, tenho absoluta certeza de que ele não quer aprovar esse projeto a qualquer custo. O projeto vem no sentido de contribuir efetivamente com o bairro, com a região inteira e com os moradores. Do contrário, a ele não interessa.

Então, agradeço enormemente a presença de todos. Estamos abertos às contribuições. Vocês têm à disposição todas as audiências públicas para consulta, porque estão registradas. Vamos conduzir esse processo ouvindo as partes e respeitando as diversas opiniões. O que ocorrerá depois já foi explicado a vocês: na Comissão de Constituição e Justiça, nomearei, entre os oito Vereadores, um Vereador para ser o Relator da matéria. Não opinaremos sobre o mérito e sim sobre a legalidade e a constitucionalidade. É óbvio que já está dito que o Vereador tem competência e sua atribuição é propor mudança de zoneamento. Portanto, muito provavelmente, o Relator opinará pela legalidade e constitucionalidade da matéria. Aí, sim, os senhores terão outras oportunidades de voltar a esta Casa nas Comissões de Mérito para debater. O parecer do Vereador, então, já dirá respeito efetivamente ao mérito da matéria. Era isso que queria esclarecer a todos vocês.



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR
E REVISÃO – SGP.4

EQUIPE DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO – SGP.41

NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

EVENTO: 10034

DATA: 25/11/2008

FL: 30 DE 31

Folha n.º

n.º 01-815

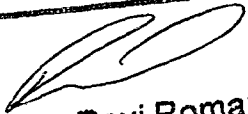
07

RF. 10034

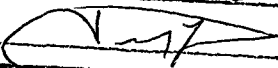
Agradeço enormemente a presença de todos, dos Vereadores e do Poder

Executivo, que vem enriquecer ainda mais o nosso debate. Declaro encerrada esta audiência pública.

À SGP-33, PARA ARQUIVAMENTO nos
termos do artigo 275 do Regimento Interno.
São Paulo, 12, 01, 09.

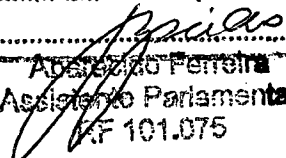

Rubem Davi Romancini
Técnico Administrativo
RF 11.257

69792

SECRETARIA DE DOCUMENTAÇÃO SUPERVISÃO DE ARQUIVO GERAL	
Proc. encerrado com	84 fls.
Arquivado em	13-01-2009
O Func.º	

José Roberto Ferreira
Assistente Parlamentar
RF 100.702

Segue(m) Juntado(s), nesta data, documento(s) rubricado(s) sob nº 85, 86 e folha de informação sob nº 87	20/03/09
---	----------


Adilson Ferreira
Assistente Parlamentar
RF 101.075



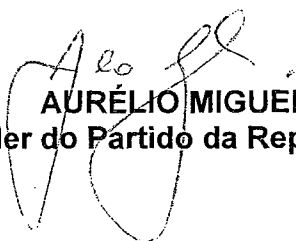
Câmara Municipal de São Paulo
Liderança do PR

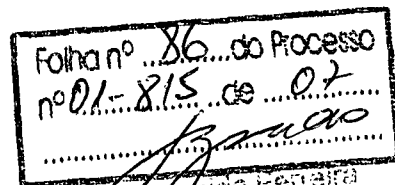
Folha nº ... 85 ... do Processo
nº 01-815 de 07
Assinado

13 - RDS
13- 00128/2009

REQUERIMENTO

Requeiro à Douta Mesa, nos termos regimentais, que os seguintes projetos em listagem anexa, de autoria deste Vereador, sejam desarquivados e voltem ao trâmite normal.


AURÉLIO MIGUEL
Líder do Partido da República

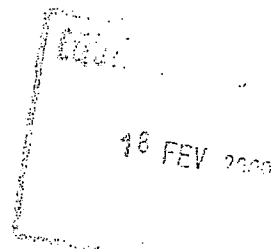


Câmara Municipal de São Paulo

Vereador Aurélio Miguel - Liderança do PR

Relação dos projetos a serem desarquivados:

PL 087/2005; PL 099/2005; PL 521/2005; PL 331/2005; PL 443/2005;
PL 442/2005; PL 441/2005; PL 827/2005; PL 826/2005; PL 830/2005;
PL 126/2005; PL 038/2006; PL 409/2006; PL 504/2006; PL 477/2007;
PL 249/2007; PL 355/2007; PL 205/2007; PL 206/2007; PL 824/2007;
PL 815/2007; PLO 002/2007; PL 630/2008; PL 490/2008; PL 489/2008;
PL 628/2008; PL 627/2008; PL 626/2008; PL 427/2008; PL 517/2008;
PL 101/2008; PL 050/2008; PL 014/2008; PL 231/2008; PL 007/2008;
PL 003/2008; PL 002/2008; PL 001/2008; PLO 001/2008; PL 155/2008;
PL 041/2009; PL 040/2009.





CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

Papel para informação, rubricado como folha nº 87

do processo nº 01815 de 2007 20 / 03 / 09 (a)

Aparecido Ferreira
Aparecido Ferreira
Assistente Parlamentar
RF 101.075

À SGP.33 – Sra. Supervisora:

Solicito o desarquivamento do processo assinalado no requerimento retro para volta à tramitação.

19 / 03 / 2009

Ângela Bordin Andreoni
Ângela Bordin Andreoni
Secretária de Apoio Legislativo
SGP. 2

À SGP.2 - Senhora Secretária,

Conforme solicitado pelo RDS Nº 13 – 128 / 2009, segue o presente expediente, para volta à tramitação.

Atenciosamente

SGP.33 em 20 de 03 de 2009

Viviane Ferreira Pó
Viviane Ferreira Pó
Supervisora Arquivo Geral
SGP.33

À Com. de Constituição, Justiça
e Legislação Participativa.

24 / 03 / 09

Ângela Bordin Andreoni
ÂNGELA BORDIN ANDREONI
Secretária de Apoio Legislativo
SGP-2

Justiça

REDISTRIBUÍDO

Ad. Nobre Vereador / A Nobre Vereadora

J. Antonio

Pela Lei nº _____ de _____ de _____
Sala do Conselho Municipal de Contabilidade, Juiziza o
Leilão nº _____
Em _____ de _____ de 2009.

Obs. O prazo para interposição é de 8 dias,
nos termos do § 3º do artigo 63 do R.J.

RECEBIDO DA PROCURADORIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SETOR DO PROCESSO LEGISLATIVO
EM 28/04/09 ÀS 12:00 h
POR JRE
SAÍDA: ÀS: h ASS.:

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
Segunda (m) junho de 1964
sob nº 33
em 31/12/64
SULAN...
R.F. 10801
Secretaria



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Folha nº 88
nº 01-815 de proc.
14/02/09
Colégio Ricardo de Sá
M. 10.057

16 - PAR
16- 00292/2009

**DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,
JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 815/07.**

Trata-se de projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Aurélio Miguel, que visa dispor sobre a alteração de zoneamento da Rua Alvarenga, localizada na Subprefeitura do Butantã.

Segundo determina o inciso III, do art. 286, da Lei Municipal nº 13.430/02 (que instituiu o Plano Diretor Estratégico), compete à Câmara Técnica de Legislação Urbanística – CTLU, órgão do Executivo Municipal, emitir parecer técnico sobre as propostas de alteração do Plano Diretor.

O Executivo não tem mais enviado à CTLU projetos que alterem pontualmente o Plano Diretor e os Planos Regionais em atenção ao princípio da eficiência, uma vez que a CTLU tem se manifestado de forma sistemática contrária a quaisquer alterações esparsas da legislação urbanística sem sequer adentrar ao mérito da proposta.

Como a manifestação da CTLU nos projetos de iniciativa do Poder Legislativo, tem conteúdo meramente opinativo, não vinculando o Poder Legislativo ante o Princípio da Separação entre os Poderes, e tendo tal órgão adotado o posicionamento de se manifestar contrário a toda e qualquer alteração pontual sobre a matéria, independente de seu conteúdo, no presente caso, sob o ponto de vista estrito da legalidade da proposta, não há o que se perguntar a CTLU.

Registre-se que, consta às fls. 5 e 54, a realização de 2 (duas) audiências públicas, conforme determina o art. 41, VI, da Carta Municipal.

O projeto dependerá do voto favorável de 3/5 dos membros da Câmara para a sua aprovação, nos termos do art. 40, § 4º, I, da Lei Orgânica do Município.

Pelo exposto, sem prejuízo do disposto no art. 46, “caput” e § 1º da Lei Orgânica, somos

PELA LEGALIDADE.

Sala da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, 20/5/09

[Handwritten signatures of the members of the Commission]

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL

DE 21 / 5 / 09

Pág. 35 Col. 2

Conferido [assinatura]

A Comissão de Política Urbana,
Metropolitana e Meio Ambiente.
Em 21 / 5 / 09

[assinatura]
Secretaria

Recebido na Comissão de Política Urbana,
Metropolitana e Meio Ambiente.

São Paulo, 21 / 05 / 09 às 15h

Inamar Alves do Amaral
Secretário de Comissão
RF - 101204

Ao Nobre Vereador / A Nobre Vereadora
<u>Chico Moreno</u>
Para relatar
Sala da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente.
Em <u>26.05.2009</u>
Presença
Obs: o prazo para manifestação é de 5 dias, nos termos do § 3º, artigo 63 do R.I.

À SGP-33, PARA ARQUIVAMENTO nos
termos do artigo 275 do Regimento Interno.

São Paulo, 02 / 01 / 2013

Nome Leonardo Amaral Padrazzoli

RF. RF.11372 SGP-12

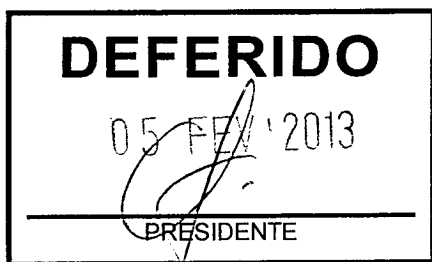
MF N 69790 20/03/2009

Segue(m) Juntado(s), nesta data,
documento(s) rubricado(s) sob
nº <u>89</u> e folha de informação
sob nº <u>90</u> <u>20/02/2013</u>

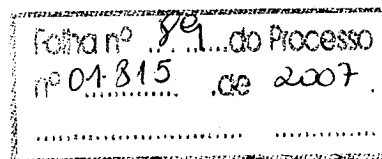
Ellete L.S.
Ellete Lopes Silvéria
RF 11.393 - SGP-33

SECRETARIA DE DOCUMENTAÇÃO
SUPERVISÃO DE ARQUIVO GERAL
Requisitado em <u>20.03.2009</u>
Arquivado novamente em <u>04.01.2013</u>
Com <u>88</u> folhas.
<u>Eduardo F. Filho</u>

Eduardo Flávio Filho
RF 11.176 - SGP-33



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**



Eliete L. S.
Eliete Lopes Silvério
RF 11.393 - SGP-33

REQUERIMENTO

13 - RDS
13- 00018/2013

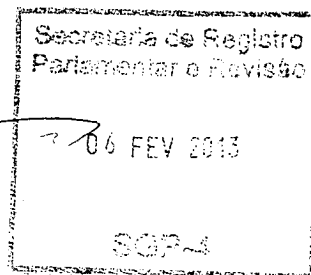
Senhor Presidente,

REQUEIRO, nos termos do art. 275, § 2º, do Regimento Interno, o retorno à tramitação da(s) proposição(ões) elencada(s) a seguir, de autoria do Vereador Aurélio Miguel:

PDL 23 / 2.010	PL 824 / 2.007	PL 492 / 2.010	PL 548 / 2.011
PDL 24 / 2.010	PL 1 / 2.008	PL 1 / 2.011	PL 590 / 2.011
PDL 92 / 2.012	PL 2 / 2.008	PL 2 / 2.011	PL 593 / 2.011
PL 441 / 2.005	PL 7 / 2.008	PL 3 / 2.011	PL 260 / 2.012
PL 443 / 2.005	PL 50 / 2.008	PL 4 / 2.011	PL 261 / 2.012
PL 685 / 2.005	PL 155 / 2.008	PL 5 / 2.011	PL 365 / 2.012
PL 730 / 2.005	PL 489 / 2.008	PL 6 / 2.011	PL 375 / 2.012
PL 826 / 2.005	PL 490 / 2.008	PL 7 / 2.011	PL 453 / 2.012
PL 827 / 2.005	PL 627 / 2.008	PL 137 / 2.011	PL 463 / 2.012
PL 830 / 2.005	PL 681 / 2.009	PL 151 / 2.011	PL 478 / 2.012
PL 38 / 2.006	PL 713 / 2.009	PL 188 / 2.011	PL 479 / 2.012
PL 229 / 2.006	PL 221 / 2.010	PL 248 / 2.011	PL 484 / 2.012
PL 422 / 2.006	PL 236 / 2.010	PL 282 / 2.011	PL 490 / 2.012
PL 465 / 2.006	PL 360 / 2.010	PL 283 / 2.011	PLO 2 / 2.007
PL 206 / 2.007	PL 372 / 2.010	PL 396 / 2.011	PLO 1 / 2.008
PL 249 / 2.007	PL 400 / 2.010	PL 438 / 2.011	PLO 3 / 2.010
PL 355 / 2.007	PL 401 / 2.010	PL 492 / 2.011	PR 6 / 2.006
PL 477 / 2.007	PL 428 / 2.010	PL 511 / 2.011	PR 8 / 2.010
PL 815 / 2.007	PL 490 / 2.010	PL 531 / 2.011	

Sala das Sessões, 05 de fevereiro de 2013

Vereador Milton Leite
Líder do Bloco Partidário DEM/PR





**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Papel para informação, rubricado como folha nº 90

do processo nº 01-845 de 20.07.26.02.2013 (a) Elute L.S.

À SGP.33

Eliete Lopes Silvério
RF 11.393 - SGP-33

Sra. Supervisora,

Encaminho o presente requerimento para o desarquivamento da propositura indicada no RDS 13-0018/2013.

26/02/2013

SOLANGE RAINONE DOS SANTOS
Supervisora da Equipe de Controle do Processo Legislativo
SGP.22

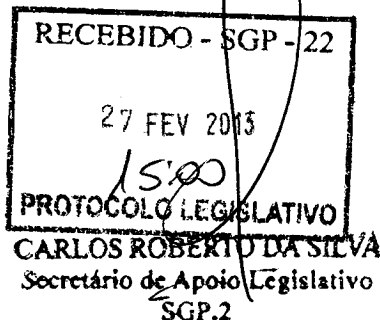
À SGP.-22

Sra. Supervisora,

Conforme solicitado pelo RDS nº 13-0018/2013, segue o presente expediente para volta à tramitação.

26/02/2013

ADRIANA DE FRANÇA SILVA
Supervisora da Equipe de Arquivo Geral
SGP.33



Comissão de: Política Urbana

04:03, 2013

10/04/2013

10/04/2013

10/04/2013

Comissão de Política Urbana

04/03/2013

Jolauze

RECEBIDO
Comissão de Política Urbana,
Metropolitana e Meio Ambiente.

04/03/13 às 18:00

LP
Lillian Bueno Alba
RF 10.933

Ao Vereador / A Vereadora *Juc. Com.*
NABIL BONUKI

Para relatar,
Sala da Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade
Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia.
Em 02/03/2013

Presidente
Obs. O prazo para manifestação é de 8 dias,
termos do § 3º artigo 63 do RI.

SGP-33, PARA ARQUIVAMENTO nos
termos do artigo 275 do Regimento Interno.

São Paulo, 03/04/2017

Nome Inamar Alves de Sousa Jr.

RF. 101.204 - SGP-12

6475

SECRETARIA DE DOCUMENTAÇÃO	
SUPERVISÃO DE ARQUIV. GERAL	
Requisitado em	26/02/2013
Arquivado novamente em	05/01/2017
Com	90 folhas.
René G. Barreto	